

REVISTA
DA REITORIA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
NÚMERO 37
ABRIL 2013

RUA LARGA



PROPRIEDADE
Universidade de Coimbra

DIRETOR
João Gabriel Silva

DIRETORA-ADJUNTA
Clara Almeida Santos

EDITORA
Marta Poiares • rua.larga.uc@gmail.com

DIREÇÃO ARTÍSTICA
António Barros

FOTOGRAFIA
João Armando Ribeiro

INFOGRAFIA
Henrique Patrício

PRODUÇÃO
Luísa Lopes

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua Oliveira Matos, 29
3000-305 COIMBRA • PORTUGAL
Telef./Fax.: 239 832 982/3
Email: livrariaiuc@ci.uc.pt

IMPRESSÃO
G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda.

TIRAGEM
1.700 ex.

ISSN
1645-765x • Anotado no ICS

CAPA
Ribeira Phule Khola, Dole [4110mts], Vale de Gokyo,
Parque Nacional de Sagarmatha, Nepal, 2012
© João Armando Ribeiro

www.uc.pt/rualarga
rualarga@uc.pt • Tel. 239 859 823

PONTOS DE VENDA
Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso TAGV
Livraria Virtual: <http://lojas.ci.uc.pt/imprensa>

RUA LARGA

EDITORIAL
Somos de água - P.05
João Gabriel Silva

REITORIA EM
MOVIMENTO
Um bem comum - P.06
Helena Freitas

Aqua Scientiae - P.11
Amílcar Falcão

OFICINA DOS SABERES
ATUAL
DOSSIÉ - SER DE ÁGUA,
XV SEMANA CULTURAL DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ser de água para de água ser - P.15
Clara Almeida Santos

Ciclo da água - P.17
Fernando Matos Oliveira
Mickael de Oliveira

As Barcas - P.20

Tempestade (num copo d'água) - P.21

360 - P.23

IMPRESSÕES
Levadas da Madeira, Monumentos
criados por heróis anónimos - P.24
Raimundo Quintal

Uma imagem para *serdeágua* - P.30
Francisco Tropa

Água e Violência:
Binómio inevitável? - P.32
Paula Duarte Lopes

RIBALTA
Os [antigos] caminhos da água para
o Jardim Botânico - P.36
Sónia Filipe, Paulo Morgado

Museu da Água de Coimbra - P.40
Marcelo Nuno Gonçalves Pereira

Fertilidade humana:
primum non nocere... - P.42
Teresa Almeida Santos

CIÊNCIA REFLETIDA
Um Mergulho no rio - P.44
Maria João Feio

AO LARGO
ENTREVISTA
João de Deus Ramos - P.50
Marta Poiares

RETRATO DE CORPO INTEIRO
António Poiares Baptista - P.58
Marta Poiares

CRÓNICA
Um som de água ao pé de um
adormecer - P.61
João Figueira

criação literária
Aranhiças & Elefantes - P.63

LUGARDOS LIVROS
O melhor é a água - P.64
Delfim Leão

Revista Portuguesa de História - P.66
Maria Helena da Cruz Coelho

APOCALÍPTICO E
INTEGRADOS
Lei da Paridade - P.69

Apocalíptico
A Paridadezinha - P.70
Catarina Gouveia Alves

Integrado
Lei da Paridade - P.73
Catarina Martins





SOMOS DE ÁGUA

Sou de água em cerca de 70%, como todos os humanos, segundo me dizem. Assalta-me a dúvida de saber se toda essa água é inerte, apenas com uma

função de suporte, sem intervenção na construção dos meus pensamentos, tal como o betão das paredes apenas protege a vida em casa. Desvanece-se logo a dúvida. Sei, sinto, que essa água não é passiva. Ela é parte integrante do processo de formação dos meus sentimentos e dos meus pensamentos. Ora, se é o pensar que leva ao existir, então o meu ser é de facto também de água, numa dinâmica sem fim. É com a água que me deslumbro, que amo, que trabalho, que choro (aqui liberto-me de alguma água), suo (lá vai mais alguma), bebo (aqui, recupero) e, até, durmo (em água descanso). A água é também a grande fronteira de Portugal, o cenário da mais bem-sucedida gesta portuguesa em toda a nossa história, com cuja lembrança nos consolamos, embebidos de saudade, naquela modorra fatalista e parada que não nos leva a lado algum, mas que nos ataca coletivamente com tanta frequência.

Essa gesta foi também a demanda mais longa, mais persistente e mais planeada de Portugal. Não foi a improvisação que nos permitiu ir tão longe, essa improvisação de que tantos dos nossos se orgulham, mas que a nada mais leva do que a um curto prazo mediano. Estaríamos bem melhor agora se soubéssemos trabalhar, de forma planeada, 95% do tempo, e usar a arte da improvisação apenas para o restante.

Por outro lado, planejar significa prever, e portanto pressupõe alguma estabilidade no entorno, para conseguirmos dizer com alguma segurança que, se trabalharmos num determinado sentido, atingiremos os objetivos que definimos como desejáveis. Quando o entorno está

instável torna-se tão difícil prever as condições em que vamos ter de funcionar que, muitos defendem, não vale a pena planejar e apenas podemos navegar à vista.

Na situação em que Portugal presentemente se encontra, o entorno está com um grau de instabilidade que, excluídas as situações de guerra, raramente terá sido tão alto. A tentação para desistir de planejar é enorme, mas devemos resistir-lhe com toda a força. Em nenhum momento é mais importante saber para onde vamos do que no meio da tempestade, por muito que seja difícil manter o rumo, pois o custo de um erro de navegação pode ser um naufrágio fragoroso e final. Em momentos de grande turbulência, o esforço para compensar as perturbações externas, essas vagas alterosas que sobre nós se abatem, é incrível. Mas, se deixamos o navio adornar, se a próxima onda gigante nos apanha de lado em vez de proa, quebra o navio ao meio e vamos ao fundo. Temos de nos manter no convés, amarrados aos mastros, se necessário, para o mar não nos arrastar para fora do navio, em vez de nos escondermos no porão à espera que a tempestade passe.

Para as universidades há, neste momento, uma oportunidade valiosa. A maioria dos portugueses já percebeu que o conhecimento avançado é a nossa mais sólida esperança de desenvolvimento, e nós temo-lo vindo a afirmar repetidamente, até como forma de explicar que os cortes a que temos vindo a ser sujeitos não nos põem em causa apenas a nós, universidades, mas ao país no seu conjunto, ao fechar a fonte principal desse conhecimento que nos pode redimir. Acontece que neste momento se estão a definir as prioridades do próximo quadro comunitário de apoio (QCA) a Portugal, relativo ao período 2014-2020. Temos de intervir intensamente nesse processo, para que

as linhas mestras do QCA estejam alinhadas com uma sociedade baseada no conhecimento. Por isso, as três universidades da região centro, Coimbra, Aveiro e Beira Interior, têm estado a trabalhar em conjunto para apresentar uma proposta comum para o desenho do plano operacional da região centro. É uma colaboração inédita, quer pela sua profundidade quer pela visão que transporta. Temos fundadas esperanças de que o desenho final do QCA acomode muitas das nossas propostas.

O desafio principal, no entanto, começará depois. Cada um de nós, professores e investigadores universitários, detentores do tal saber que dizemos ser o caminho certo para o país, vai precisar de mostrar, na prática, como esse conhecimento vai gerar o desenvolvimento coletivo, desde a pequena atividade local numa aldeia do interior do país às grandes indústrias exportadoras globais. Teremos de estar todos disponíveis para pensar, liderar, participar, contribuir, para a miríade de pequenos e grandes projetos que o dinheiro do próximo QCA vai tornar possíveis. Temos de ser capazes de dedicar a nossa reflexão ao encontrar e desenvolver das ideias que são necessárias para esse movimento, do Direito ao Desporto, da Farmácia à Engenharia, das Línguas à Medicina, da Economia à Biologia, da Psicologia à Arqueologia. Os nossos amigos, as nossas comunidades locais, a nossa região, o nosso país, aqueles que partilham connosco a cultura, as alegrias e tristezas, o ciclo da vida, sempre renovada, esperam isso de nós.

A Universidade de Coimbra está e estará, como sempre esteve, no cerne de Portugal.

João Gabriel Silva
Reitor

Do equilíbrio ecológico dos ecossistemas depende a produção dos bens e serviços que sustentam a vida no planeta. É neste contexto que entendo os recursos hídricos: um recurso biológico essencial à vida e dela resultante. É por isso também um bem comum, no sentido mais abrangente e pleno da expressão. Toda a vida na Terra – terrestre e aquática, dos microrganismos aos vertebrados – depende e é composta pela água e pela dinâmica dos cursos de água.

Obter e garantir água doce com qualidade e acessível a todos é um objetivo fundamental que nos deve mobilizar coletivamente. Há água doce suficiente no planeta para nos permitir acalantar essa ambição. Apesar disso, sobretudo porque o sistema económico é imperfeito e as infraestruturas de apoio são deficientes, a verdade é que são milhões os seres humanos, a maioria crianças, que todos os anos morrem por doenças associadas ao consumo de água imprópria e a condições de higiene deficientes. A escassez de água, a oferta de água de pobre qualidade e condições de sanidade inadequadas, acabam por se refletir negativamente na segurança alimentar e nas condições de vida de muitas famílias em todo o mundo. A seca afeta alguns dos países mais pobres agravando as condições de fome e de subnutrição. Em 2050, pelo menos um em cada quatro seres humanos deverá viver num país afetado por insuficiência recorrente ou crónica de água.

Pensar os recursos hídricos é especialmente importante num momento em que também importa refletir sobre a produção agrícola e sobre as perspetivas de crescimento e consumo dos alimentos disponíveis. Se os recursos naturais forem protegidos e geridos de forma sensata, a agricultura, a floresta e os recursos pesqueiros podem oferecer alimento às atuais e futuras gerações, sem se desprezar o apoio às populações rurais que quiserem apostar num desenvolvimento sustentável neste contexto, e a proteção do ambiente em geral. Mas não tem sido esse o nosso caminho. Atualmente, os solos, a água dos rios, os oceanos, as florestas, e a biodiversidade, estão profundamente degradados. Para responder a todas as necessidades básicas da população do planeta em alimento, energia e água promoveu-se a degradação ambiental ao nível local, regional e global, e esta degradação, a par



da perda efetiva dos recursos naturais, vai limitando a capacidade de resposta a essas mesmas necessidades, o que só pode piorar num cenário de crescimento populacional acelerado e heterogéneo. Estamos perante um ciclo insustentável, pelo que – tenho-o mencionado em múltiplos contextos – um dos maiores desafios que se coloca à Humanidade neste século é a conservação, restauro e gestão inteligente dos recursos naturais do planeta¹.

As alterações do clima estão a colocar uma pressão adicional sobre os recursos de que dependemos. É necessária uma alteração profunda no setor agrícola se aspiramos a alimentar quase mil milhões de seres humanos que têm fome nos nossos dias, a que se juntarão dois mil milhões em 2050. É preciso encontrar soluções neste setor para responder ao problema e erradicar de uma vez por todas a fome e a pobreza de que enferma a humanidade.

As ameaças à sustentabilidade dos recursos hídricos são variadas mas destaco as alterações climáticas que condicionam a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos à escala global. Em Portugal prevê-se uma diminuição da disponibilidade hídrica e um aumento das assimetrias regionais e sazonais, verificando-se uma redução progressiva do escoamento anual. Nos

vários cenários previstos há uma tendência generalizada de diminuição da precipitação anual em 10% na região Norte, que poderá atingir 30% na região Sul. Durante o verão a precipitação poderá diminuir até 50% em todas as regiões do país. Nos meses de inverno prevê-se uma concentração do escoamento, o que conduzirá ao aumento do número e intensidade das cheias. Pelo contrário, nos meses de verão prevê-se uma diminuição generalizada dos caudais dos rios, com influência na qualidade da água, especialmente no sul do país.

As alterações climáticas e o seu efeito sobre os recursos hídricos afetam outros setores e atividades de grande relevância. Uma maior temperatura e evaporação conduzem ao *stress* hídrico nas plantas e a necessidade de mais irrigação. A distribuição das culturas agrícolas, dependente do clima, do solo e da disponibilidade de água, sofrerá alterações, com consequências na produção alimentar. A diminuição da qualidade da água obriga à implementação de técnicas de tratamento de água para consumo mais avançadas e eficazes, para evitar os efeitos negativos na saúde pública e para salvaguardar os ecossistemas.

Ao concluir este tema, não posso deixar de exaltar as boas práticas de gestão de recursos hídricos que nos revelam os

registos do passado, deixando clara a preocupação que tinham pela eficiência e pelo combate ao desperdício que acompanharam, sempre, ao longo da história, aqueles que tinham a responsabilidade de gerir a disponibilidade de água. Mesmo quando o faziam de forma empírica. Diria que o desperdício é um fenómeno recente, associado a uma certa perda de perceção pública do valor do próprio recurso. No caso concreto de Coimbra, recordo a escolha do local e a implantação do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, assegurando-se em primeiro lugar o abastecimento das necessidades de água. Um fantástico exemplo de boa gestão de um bem comum!

¹ As questões ambientais serão inevitavelmente marginalizadas enquanto subsistirem os graves problemas sociais e económicos que flagelam a humanidade, e os quais não temos conseguido eliminar ou mesmo minimizar. A magnitude de tais problemas, faz, naturalmente, com que o risco de ficar indiferente aos problemas ambientais seja ainda maior. Urge contrariar esta tendência; em especial, porque a solução não passa pelo episódico remediar do problema, é necessária uma intervenção estruturante em todos os setores e para tal, desde a génese ao acompanhamento e fiscalização, a participação pública será sempre indispensável.

*Vice-reitora da Universidade de Coimbra.





AQUA SCIENTIAE

AMILCAR FALCÃO*

Ao dar-se início à XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC), tendo a água como tema central, creio que se justifica olhar para aquilo que a água representa para a ciência e o modo como ela pode, inclusivamente, inspirar modelos de gestão de ciência. A água está à nossa volta e está dentro de nós. A sua presença é de tal modo intensa e simultaneamente discreta que, na maior parte dos casos, nem lhe prestamos a devida atenção. E isso acontece porque água é vida. E também por isso a água é transversal à evolução da ciência.

Admiramos as suas propriedades físico-químicas. Estudamos a sua influência na nossa vida sob diferentes perspetivas, conscientes de que a falta de água conduz à morte. O corpo humano aguenta vários dias sem comer mas rapidamente se desidrata e morre. A posse da água esteve desde sempre na origem de inúmeras guerras e continuará, seguramente, a alimentar conflitos.

Não obstante o planeta estar inundado de água, existem regiões desérticas. Quando comparamos regiões desérticas com zonas tropicais, facilmente nos damos conta da presença da água pela exuberância da natureza. Mas a presença da água não garante regiões verdejantes. Quando no estado sólido, a água não só ocupa mais espaço como se torna numa adversidade até para a vida. É o que observamos nas zonas polares, onde a água adquire uma outra faceta mais austera (realmente o problema não está propriamente

na água mas sim na temperatura a que se encontra sujeita).

Seja como for, nós gostamos da água, nós precisamos da água e nós temos de cuidar da água.

A água, quimicamente constituída por oxigénio e hidrogénio, foi sempre um “elemento” omnipresente no discurso filosófico, independentemente da religião e/ou período temporal considerados. E isso não aconteceu certamente por acaso. Desde tempos imemoriais que à água são atribuídos poderes que a tornam essencial à vida.

É sabido que a completa falta de bom senso nos tem levado a não encarar a água como um bem imprescindível à nossa condição humana. A poluição tem reduzido dramaticamente a água potável existente no planeta (sendo já uma ínfima parte do total da água existente). A água tem vindo a transformar-se num negócio. A comercialização da água é um dos grandes e senão mesmo o maior equívoco com que a humanidade se encontra confrontada. O acesso à água potável devia ser gratuito e a ganância do homem deveria manter-se completamente afastada deste negócio.

Recordo-me de, na minha infância, após brincadeiras típicas da idade, ir ao café e pedir um copo de água para matar a sede. Uns anos mais tarde, pedir esse mesmo copo de água já era motivo para se ser olhado de lado. Atualmente, a quem pedir água colocam-lhe à frente uma garrafinha a um preço absurdo. O negócio da água na restauração é hoje um negó-

cio obscuro (é que é só água dentro de uma garrafa...). Como obscuro é a ideia de se privatizar a rede pública de água. Se a vida não tem preço, a água também não o devia ter.

A água, no seu estado puro e à temperatura ambiente, caracteriza-se por ser Incolor, Inodora e Insípida. Eis-nos chegados aos IIs que, no caso da água, nos permite concluir que ela não altera a cor dos locais por onde passa (é incolor), não marca território pelo recurso ao cheiro (é inodora), e não cria aversão ao paladar (é insípida). Que grande lição de vida nos dá a água!

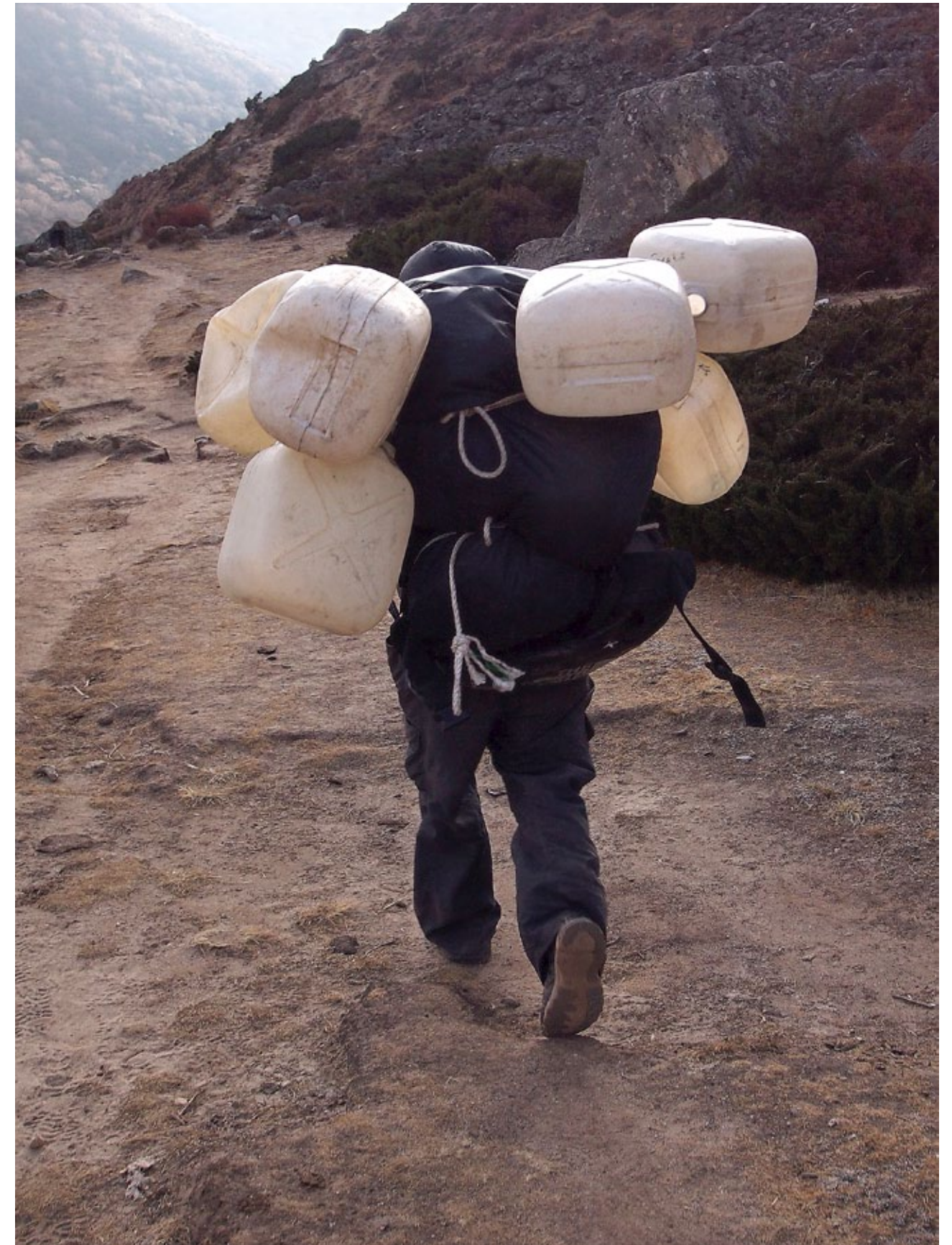
Os IIs da Universidade de Coimbra (IIIUC) correspondem ao Instituto de Investigação Interdisciplinar, unidade orgânica de enorme potencial que, tal como a água, pode intervir em múltiplos aspetos da ciência, dando-lhe mais vida. Na verdade, os IIIUC podem e devem influenciar o modelo de gestão de ciência da UC, intervindo de forma discreta, mas colmatando espaços que apenas uma estrutura de caráter interdisciplinar pode ocupar. E convirá não esquecer que, atualmente, uma parte importante dos grandes avanços científicos se posicionam em zonas fronteiriças às áreas do saber consagradas. Não querer admitir esta realidade é um erro. Não entender esta realidade é miopia. Com apenas dez anos de existência, os IIIUC são uma novidade numa Universidade com mais de 700 anos. Quando se criam estruturas ou conceitos inovadores, existe sempre uma curva de aprendizagem/aceitação que

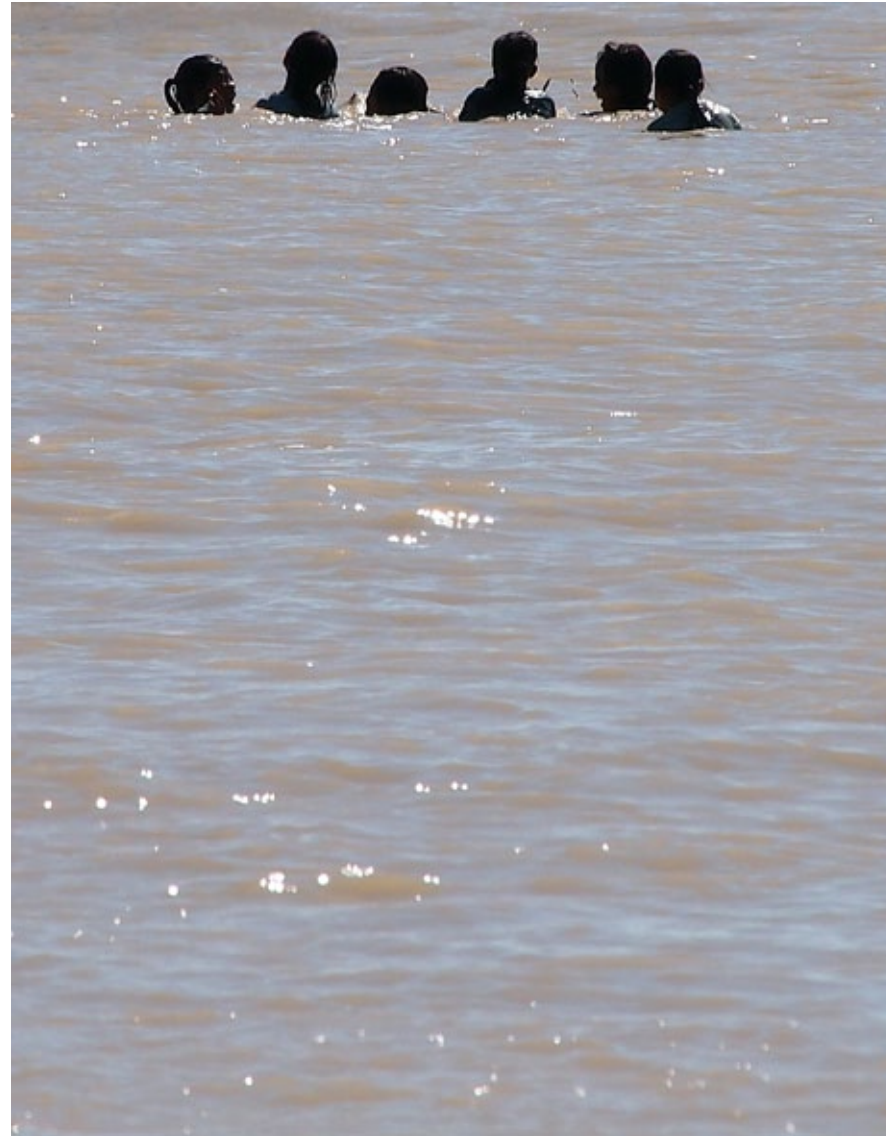
será mais ou menos prolongada dependendo de múltiplos fatores. O caminho percorrido, pelos IIIUC ao longo da sua primeira década de vida ficou seguramente aquém da expectativa de muitos, mas cumpriu certamente a sua missão para outros tantos. Somos levados a pensar que, aqueles para quem os IIIUC são a solução de todos os problemas, estão provavelmente a ser demasiado otimistas. Do mesmo modo, os que veem nos IIIUC a fonte de todos os problemas, estão seguramente a ser redutores na análise que deve ser feita ao caminho percorrido e aos esforços que os sucessivos responsáveis foram desenvolvendo desde a sua criação.

Os IIIUC devem ser encarados pela comunidade universitária como sendo a nossa *aqua scientiae*. A água científica deve ser capaz de quebrar barreiras, diluir problemas, promover a ciência, e ser, simultaneamente essencial mas discreta. É absolutamente necessário que mantenhamos a nossa água científica à temperatura ambiente. A água científica no estado sólido (gelo) é austera; a água científica no estado gasoso (vapor) é explosiva. A nossa água científica deve ser preservada não poluída. Deve ser universal e não comercializada. Deve ser capaz de unir pontas soltas e não de afastar continentes. Deve olhar para a interdisciplinaridade estimulando o desenvolvimento de investigação disruptiva. Deve perceber quando tem de estar presente, e quando tem de estar presente estando ausente. Deve ser olhada por todos como uma preciosidade.

Se água é vida, *aqua scientiae* é vida para além da vida!

* Vice-reitor da Universidade de Coimbra.





Este texto é escrito decorrida já a primeira metade da XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC). No caso concreto, metade desta semana tem duração de um mês. Um paradoxo que se resolve com a constatação do avultado número que iniciativas que esta “semana” comporta.

E “comporta” é, novamente, um termo que nos remete para a metáfora da água... Como tantas outras imagens que foram ecoando à volta do tema escolhido para estes dois meses em que se demonstra, de forma um pouco mais concentrada do que habitualmente, uma oferta cultural vasta disponível em Coimbra feita com a Universidade (“com” a UC mas muitas vezes “por causa” da UC e também frequentemente “graças” à UC...)

Mas voltando às imagens que brotam deste “ser de água”, a XV Semana Cultural da UC constitui, de facto, um caudal de eventos. Este rio tem contributos de vários afluentes, sem os quais este registo quase torrencial não seria possível. *Malgré tout*, não nos podemos queixar de escassez: as propostas são abundantes, para muitos gostos, para todas as idades.

Assumimos que um dos objetivos desta semana cultural era chegar mais aos estudantes. Se cada uma das pessoas que estudam na UC fosse a pelo menos um dos 80 eventos, teríamos um público global de quase 24 mil almas assegurado à partida.

É frequente ouvir que os públicos potenciais não se tornam em reais porque há falta de divulgação. Sabemos que hoje, com o manancial de informação circulante a cada instante, para chamar a atenção das pessoas é preciso gritar muito alto. Ou então, servirmo-nos de mais uma metáfora “aquosa” e acreditar que *água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*. Apostamos na vitória da tenacidade. Continuar a fazer, fazendo o melhor possível, honrando o trabalho dos que nos precederam, respeitando os que participam atentando às suas singularidades (do lado dos promotores e dos públicos) e deixando alicerces para aqueles que se seguirão.

Um ciclo da água que se perpetua cada vez que cumpre uma fase do processo que é a sua própria existência. A Universidade de Coimbra tem de se cumprir naquilo que é: uma instituição que promove a ciência e a cultura nos palcos do ensino, da investigação e da transferência do saber. Nesta terceira missão, em particular, a sociedade globalmente entendida é a grande destinatária. Como o mar é destinatário do rio quando este termina o seu percurso (e que, noutro momento do ciclo, existirá também por causa desse mar).

SER DE ÁGUA PARA DE ÁGUA SER

CLARA ALMEIDA SANTOS
VICE-REITORA PARA A CULTURA E COMUNICAÇÃO



FERNANDO MATOS OLIVEIRA *
MICKAEL DE OLIVEIRA **

Fotografias cedidas pelo TAGV

CICLO DA ÁGUA

TEATRO ACADÉMICO
DE GIL VICENTE

Sendo esta a XV edição da Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC), é a segunda vez que o Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) colabora na sua programação, numa parceria que vem assumindo um papel cada vez mais importante na articulação e no diálogo entre os diversos agentes culturais, tanto em contexto universitário, como associativo e comunitário.

Entre o dia 1 de março e o dia 1 de maio, dia do trabalhador, as atividades programadas abarcam praticamente todos os géneros artísticos, mobilizando diversas áreas do conhecimento num conjunto significativo de espetáculos, concertos, sessões de poesia, colóquios e conferências.

Cada uma destas iniciativas atualiza, com maior ou menor proximidade, a temática proposta para este ano. No TAGV, o mote “Ser de Água” metaforiza sobretudo o devir da *modernidade líquida* a que Zygmunt Bauman se referiu na passagem para o terceiro milénio. A água define, assim, o metabolismo fisiológico mas também cultural de um corpo que é sujeito, cidadão, consumidor

e criador a um tempo; um corpo fragmentado que se expande em escalas e linguagens muito diversas numa deriva informe, cada vez mais relacionada com as comunidades efémeras do presente, na lógica carnavalesca do *cloakroom*.

No âmbito da XV Semana Cultural da UC, em colaboração com a Reitoria, o TAGV intensificará assim a programação aproximando-a do horizonte temático comum, através do “Ciclo da Água”, um conjunto de atividades que envolvem o tecido artístico local e nacional, a decorrer de modo especialmente concentrado entre 29 de Abril e 1 de maio de 2013. Durante estes três dias o público terá ocasião de assistir e participar em eventos que cruzam criações de teatro, dança e música.

No dia 29 de abril, apresenta-se “Desta Água Não Beberei!”, de Ricardo Kalash (no Museu Nacional Machado de Castro, pelas 10h), seguido de “Gonger”, pelo grupo Camaleão (no Café-Teatro do TAGV, pelas 18h30), seguindo-se ainda “A Sagração da Primavera”, de Mónica Calle, encenadora e criadora da Casa Conveniente, um coletivo com um trajeto singular nas artes performativas em Portugal, ao longo das duas últimas décadas. Mónica Calle estará presente em Coimbra pela primeira vez, assinalando igualmente o Dia Mundial da Dança com um espetáculo que, nas suas palavras, pretende convocar “uma estética que permita reconhecer o valor de cada vida, a singularidade irreduzível de cada um e, assim, ao individualizar a experiência de cada intérprete a nível artístico e orgânico, evocar e restituir à vida e à morte a sua verdadeira dimensão”.

O segundo dia será marcado pelo contacto renovado com o espetáculo de Ricardo Kalash e pela leitura encenada de “Um Inimigo do Povo”, da autoria de Henrik Ibsen (no Jardim Botânico da UC, pelas 18h30). A peça propõe-nos uma fábula centrada na problemática da poluição de uma estância balneária, num texto que aborda também o tema da corrupção. A leitura encenada será dirigida por Nuno Cardoso, com um elenco composto por elementos do Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC) e do Teatro dos



Fotografia cedida pelo TAGV

Estudantes da UC (TEUC), assinalando o regresso do encenador portuense, oriundo também ele do CITAC. Nos últimos anos, Nuno Cardoso tem trabalhado de uma forma intensa o autor norueguês, nos mais relevantes palcos portugueses e europeus. A noite do dia 30 de abril termina no TAGV com o concerto “Salteado”, dos Tora Tora Big Band, numa parceria com o Jazz ao Centro, que assinala neste mesmo dia os seus dez anos de atividade artística e cultural.

O terceiro e último dia do “Ciclo da Água” começará logo pela manhã, com o projeto “Linha do Horizonte”, de Ana Borrvalho e João Galante, uma performance-áudio que relaciona a dramaturgia contemporânea com temáticas ásperas do nosso quotidiano, envolvendo-as com o som da água, em pano de fundo. Este espetáculo terá sessões contínuas às 11h, 15h e 17h. No mesmo dia 1 de maio, um outro desafio foi lançado a Nuno Cardoso: dirigir uma segunda leitura encenada, com textos encomendados a três dramaturgos portugueses, que escreverão sobre a temática da Semana Cultural: Jacinto Lucas Pires, Jorge Loureiro Figueira e Miguel Castro Caldas (no TAGV, pelas 18h30).

“O Ciclo da Água” encerra com um Jantar-Performance intitulado “Tempestade (num copo de água)”, criação do artista e performer Rogério Nuno Costa (Chef Rø), em colaboração com a Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra. Rogério Nuno Costa, um orquestrador de experiências transdisciplinares, reconhecido de modo crescente pela crítica (refira-se o projeto “Vou a tua casa”), propõe um menu concebido a pensar na água como o elemento primordial (culinário), colocando-o em diálogo criativo com “A Tempestade”, de William Shakespeare. De um modo engenhoso, Chef Rø procura, nas suas palavras, “transformar um clássico da literatura dramática universal numa experiência gustativa e hiper-sensorial. Sendo o jantar *de época*, porque acontece no futuro condicional, servirá contudo problemas sérios de escala humana, em forma de comida:

equações culinárias, sensuais e absolutas que tentarão resolver para sempre as duplicidades alegóricas que nos atormentam há tantos séculos.” O criador propõe assim “um banquete alter-clássico para server e esperar pelos efeitos terciários”. Aos interessados deixamos a indicação de que o jantar, com lotação limitada a 100 pessoas, terá lugar no Palácio de São Marcos, tendo como ponto de encontro o TAGV, às 20h (o transporte está incluído). Aconselhamos reserva de mesa com a maior brevidade possível!

Para além das atividades previstas para o “Ciclo da Água”, o TAGV receberá no seu espaço, durante os dois meses da Semana Cultural eventos, nomes e obras de relevo. No dia 1 de março, a Orquestra Clássica do Centro assinalou simultaneamente o Dia da Universidade e a abertura oficial da XV Semana Cultural. Entre os demais eventos, destacamos “O Teatro Mais Pequeno do Mundo”, de Graeme Pulleyn e no Dia Mundial da Poesia, “Portugal em Prosa e Poesia” de Neusa Dias. A 27 de março, o encenador João Garcia Miguel assinou um trabalho radical sobre a herança vicentina, com o espetáculo “As Barcas”, coincidindo com o Dia Mundial do Teatro. A somar a este conjunto, o público terá ainda ocasião de assistir no TAGV ao último projecto artístico de Ricardo Vaz Trindade (“Ilha”) e a “Vontade de Ter Vontade”, obra da coreógrafa Cláudia Dias.

Desejamos a todos uma excelente XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra.

* Diretor do Teatro Académico de Gil Vicente

** Diretor-adjunto do Teatro Académico de Gil Vicente

QUA 27 MARÇO, 21H30

AS BARCAS

Uma criação de João Garcia Miguel,

a partir dos textos de Gil Vicente

Dia Mundial do Teatro

XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra

Tomámos os textos de Gil Vicente (*Auto da Barca do Inferno*, *Auto da Barca do Purgatório* e *Auto da Glória*), como base para uma criação que é para nós uma viagem. Os textos e as ideias do autor e fundador do teatro português, Gil Vicente, alimentaram-nos a criação e foram transformados numa obra onde as palavras se inscreveram nos corpos, implicando-os nos tempos e nos espaços nos quais habitam. Em busca de um corpo sensível, de um corpo perdido nos labirintos do tempo e dos sentidos, regresso ao tema das viagens em As Barcas, inspirado num conjunto de textos de Gil Vicente, figura marcante do teatro medieval português. Chamei para companheiros de viagem, parceiros criativos, que pelas suas características particulares, abraçam várias formas de expressão, capazes de manifestar uma heterogeneidade de sensibilidades, cada um possuidor de múltiplas visões, como se tivessem olhos na pele.

Abordamos os textos do dramaturgo português tomando-os como instrumentos activos a exploração e recomposição técnica e poética. Queremos transformá-lo em movimento, traduzi-lo em performance, criando linguagens corpóreas paralelas. Buscamos no texto o corpo, o esqueleto, o músculo que nele existe. Buscamos a sensibilidade escondida por debaixo das palavras, enquanto alegoria do olhar sobre um mundo comum, a partir da perspectiva de uma morte simbólica, que funciona como um cais de partida para a vida.

O contexto desta obra é a impossibilidade de construção contemporânea de um mundo partilhado, seja em termos das realidades singulares, seja a partir de uma realidade portuguesa, ou mesmo europeia. A viagem parte desse território do impossível real onde os nomes das coisas existem rumando em busca de um território onde o sim – a palavra de Deus –, e o não – a palavra do Diabo –, se confundem num corpo que se destrói e constrói. Corpo que é caminho, cruzamento, nervo, suspensão, impermanência, impertinência.

João Garcia Miguel

FICHA TÉCNICA E ARTÍSTICA

Texto **Gil Vicente**

Direção e dramaturgia **João Garcia Miguel**

Interpretação **Felix Lozano**, **Sara Ribeiro**, **David Pereira Bastos**,

Costanza Givone

Música e Vídeo **Rui Gato**

Figurinos **Steve Denton**

Assistência de Direção **João Samão**

Programação Interactiva audiovisual **André Sier**

Desenho de Luz e Direção Técnica **Luis Bombico**

Direção de Produção **Filipa Hora**

Produção Executiva **Cláudia Figueiredo**

Apoio à Dramaturgia **Teresa Fradique**

Apoio ao espaço cénico **Mantos**

Fotografia e apoio multimédia **Jorge Reis**

Documentação **Mafalda Cruz**

Apoio Gráfico **Red Beard**

Produção **Companhia JGM**, **Guimarães Capital da Cultura**,

Festival Gil Vicente

Coprodução **Guimarães Capital da Cultura 2012** e **Teatro Cine de**

Torres Vedras

A Cia JGM é uma estrutura financiada pela Presidência do Conselho de

Ministros – Secretaria de Estado da Cultura - Direção-Geral das Artes

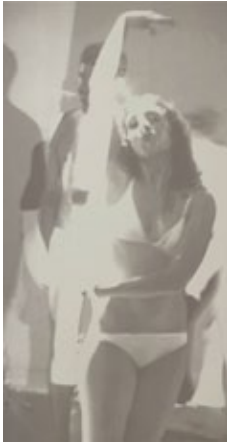
Apoio **Rui Viola Produções**

Organização **Reitoria da Universidade de Coimbra**

Coordenação artística e produção **Teatro Académico de Gil Vicente**

No âmbito da Rede **Imaginar o(s) Centro(s)**

Fotografias cedidas pelo TAGV



QUA 01 MAIO, 20H00

TEMPESTADE (NUM COPO D'ÁGUA)

Um jantar de época preparado por Chef Rø [aka Rogério Nuno Costa]

A partir de A Tempestade de William Shakespeare

O CICLO DA ÁGUA

XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra

A partir d'A *Tempestade* de William Shakespeare, da música incidental (*e finlandizada*) de Sibelius, da iconografia homoe-rótica do período pré-rafaelita, da representação do monstro na ficção científica dos anos 1950 e da psicologia do Freud revista pela física quântica contemporânea.

Transformar um clássico da literatura dramática numa experiência gustativa e hiper-sensorial é quase a mesma coisa que filmar uma cena de guerra náutica num copo de plástico para depois ampliar o resultado na tela do cinema. E este jantar (que é “de época” porque acontece no futuro condicional) irá servir problemas de escala em forma de comida: equações culinárias, sensuais e absolutas, que tentarão resolver as duplicidades alegóricas que nos atormentam há tantos séculos. Tal como a Arte, também a Gastronomia se transformou em Design. Mas porque a História é como a memória da água nos medicamentos homeopáticos – ou seja, sofre de Alzheimer – nada mais nos resta senão honrar a racionalidade de Próspero e substituir “molecular” por “molar”. Porque a água também se mastiga. Um banquete alter-clássico para sorver e esperar pelos efeitos terciários.

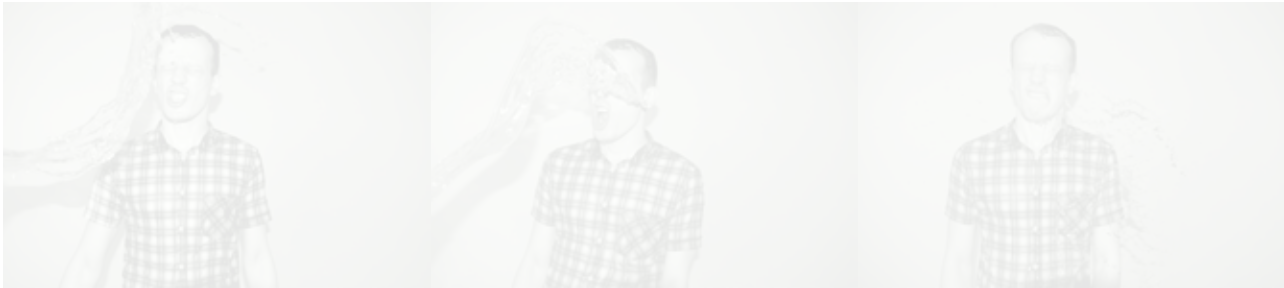
FICHA TÉCNICA E ARTÍSTICA

Direção artística & Culinária **Chef Rø [aka Rogério Nuno Costa]**

Consultoria Técnica **Chef Tiago Lopes**

Artwork **António MV**

Confecção e Serviço **Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra**





Fotografias cedidas pelo TAGV

SEX 26 ABRIL, 15H E 21H30

360 - AZOREAN TORPOR

Marta Félix e Ricardo Vaz Trindade

Às vezes, o teatro nasce de um texto. *360* nasceu de uma viagem que fizemos aos Açores, em agosto de 2012. Para quem já conhece a região, não vale a pena descrever o fascínio pela natureza e pelas rotinas estranhas aos continentais. Aos que não conhecem, recomenda-se um saltinho ao meio do Atlântico. É melhor que Amesterdão.

O arquipélago dos Açores é um território onde se esconde uma portugalidade peculiar, e a temática da edição deste ano da Semana Cultural abriu-nos a porta para uma viagem teatral sobre esse universo. Este projeto não parte de um texto literário ou dramático, mas sim de um trabalho de campo, ou se quisermos, de uma residência artística a céu aberto. Entre 11 de março e 11 de abril, recolhe[re]mos, em S. Miguel, imagens, sons e textos que nos indicam um caminho para uma abordagem impressionista que, por sua vez, nos leva à construção de um espetáculo. Procuramos uma visão parcial e subjetiva, ou seja, não ambicionamos retratar *toda* a cultura açoriana, nem criar um tratado de semiótica sobre a vida dos ilhéus. Por outro lado, não pretendemos fazer qualquer operação de resgate cultural, porque não vemos os Açores como uma região esquecida, mas viva e presente.

O que queremos então *escrever*? Vitorino Nemésio escreveu sobre os Açores; Raul Brandão escreveu sobre os Açores; recentemente, Gonçalo Tocha filmou os Açores e a Karnart construiu uma *perfinst* sobre os Açores, a partir dos textos de Brandão. Obviamente, está longe de estar tudo dito, mas quisemos escolher o nosso próprio ponto de partida. Há pouco tempo, na sequência da leitura de um despidorado livro de cartas de James Joyce à sua mulher Nora (acabadinho de comprar na livraria Almedina e que lemos na primeira pessoa num púdicco banco de jardim ensolarado na igreja de S. José), descobrimos que a correspondência postal tem um imenso potencial dramático. Ora, como terra de emigração por excelência, os açorianos têm (supomos) um espólio de cartas trocadas entre os seus familiares e amigos que trazem carimbos de todas as partes do mundo. Inclusivamente – sabemos-lo há pouco – aqueles que não sabiam escrever enviavam por correio cassetes gravadas às suas famílias. Estas práticas traduzem-se num ato íntimo (que não é nossa intenção devassar) e num relato fiel do ser açoriano (esperamos). Fazem lembrar as aulas de Walter Rossa, que dizia que a arquitetura mais portuguesa se encontra fora de Portugal. A emigração tem este paradoxo: torna o emigrante mais português, porque ele quer reconstruir a pátria à sua volta, esteja onde estiver, para colmatar as saudades e a ausência de bancos soalheiros no adro da igreja. *360* é, portanto, relativo à infinitude da ilha enquanto território circular, mas também uma analogia às voltas do correio e às tornas a casa dos bons filhos da emigração.

Estamos a iniciar o projeto com alguns parceiros açorianos que não podemos deixar de mencionar e a quem publicamente agradecemos: Maria Simões (Descalças - Cooperativa Cultural), Tiago Melo Bento e Montserrat Siges (Associação Corredor) e Susana Moura (Teatro Mensagem). Com eles estamos a criar uma rede de contactos no sentido de construir uma base de dados de correspondência açoriana. Todos os que tiverem uma costela atlântica e um baú recheado de postais antigos podem contactar-nos através do nosso site (ver ficha técnica).

Vemo-nos no final de abril, no Teatro Académico de Gil Vicente.

FICHA TÉCNICA

360 - Azorean Torpor

Co-Produção: Teatro Académico de Gil Vicente, teatro toitoi, Universidade de Coimbra

Conceção e interpretação: Marta Félix e Ricardo Vaz Trindade

Parcerias: Descalças – Cooperativa Cultural, Associação Corredor, Teatro Mensagem

www.acores360.blogspot.pt

Afonso de Albuquerque, governador da Índia de 1508 a 1515, gizou um plano para conquistar o Egito. Na estratégia delineada manifestou vontade de contar com a colaboração dos homens que trabalhavam na abertura das levadas da Madeira, porque com eles seria possível desviar o curso do Nilo e deixar o Cairo sem água. Destruído o Cairo, o Egito seria conquistado em dois anos, como referia numa carta que escreveu a Duarte Galvão, embaixador de D. Manuel na Abissínia:

Se el Rei nosso senhor daa maneira d'oficiaes, esses que cortam as aguaas pelas serras da Ilha da madeira, que lancem no crescimento do nillo per outro cabo, que nom vá reguar as terras do cairo, en dous annos he desfeito o cairo e a terra toda perdida; e se daa maneira de passajem ao preste Johão, na terra de meca, nam ha hi nada que fazer, porque os abexis sam valentes homens: vejo as cousas estar armadas pera todo bem, se me

*el Rei ajudasse e nam me desconfortasse*¹. D. Manuel nunca chegou a satisfazer o pedido de Afonso de Albuquerque e o Nilo continuou a fertilizar as terras do Cairo. No entanto, este episódio revela como já no início do século XVI era grande a fama da valentia dos trabalhadores madeirenses que construían as levadas que rasgavam as rochas, abrindo novos caminhos para a água.

Na Madeira a história das levadas confunde-se com a dos homens. As primeiras foram construídas logo no início da colonização, no século XV, com o objetivo de irrigar os canaviais e mover as prensas dos engenhos que moíam as canas. Sem a água das levadas não teria sido possível a etapa madeirense da rota do açúcar.

Numa primeira fase, que se estendeu provavelmente até meados do século XVI, “as levadas não iam além do limite da zona agrícola mais rica

a que serve de extrema a linha dos trezentos metros de altitude”².

Segundo rezam as crónicas da época, eram canais feitos com grossas tábuas em forma de calha. No entanto, os lanços de tabuado de til ou barbusano deviam limitar-se aos troços onde a rocha não permitia escavar a *caixa da levada*. Nos tufos vulcânicos, impermeáveis e de fraca dureza, a levada era rasgada na própria rocha. “Uma das obras mais grandiosas desses tempos foi a construção da levada do Curreal e Castelejo, na ribeira dos Socorridos, não só pela extensão do aqueduto, superior a 4 léguas, mas também pelo engenho e arrojo de que deram provas os seus obreiros”³.

Com o crescimento das necessidades de água para irrigar os canaviais e as terras plantadas com vinhas, a extensão das levadas foi aumentando e a sua construção exigindo técnicas mais seguras. Os canais construídos em alvenaria

Fotografia cedida pelo autor



RAIMUNDO QUINTAL *

MONUMENTOS CRIADOS POR HERÓIS ANÓNIMOS

L E V A D A S D A M A D E I R A

substituíram as primitivas calhas de madeira.

A secura das terras meridionais obrigou a transpor a cordilheira central em busca de água disponível nas vertentes umbrosas expostas ao alísio. Em 1835 iniciaram-se os trabalhos da Levada Velha do Rabaçal com o objetivo de trazer para o sul as águas do Risco. As obras foram morosas devido a problemas técnicos e à escassez de meios financeiros. A água só atravessou o túnel do Monte das Estrebrias, em setembro de 1855.

Ainda não estava concluída a Levada Velha e já tinham começado os trabalhos de abertura da Levada Nova do Rabaçal com o objetivo de aproveitar as águas das 25 Fontes. As obras ficaram terminadas em 1890 e a água continua a passar para o sul através dum túnel com 800 metros de extensão.

Em 1905, após mais de 60 anos de obras, a Levada da Serra do Faial chegou à zona alta oriental do Funchal com águas oriundas das serras norte-nhas do concelho de Santana. Esta foi

outra das grandes e demoradas obras que possibilitaram a vinda para as sedentas terras do sul das águas excedentárias a norte.

Durante séculos, as levadas foram construídas exclusivamente com a força de homens valentes que usavam instrumentos rudimentares. Os rocheiros trabalhavam suspensos por cordas amarradas em troncos de árvores ou em cabeços de rocha. Metidos em cestos, esses heroicos trabalhadores perfuravam as rochas até abrir a concavidade para encaixar a levada. Muitas vidas se perderam na edificação destes espantosos monumentos.

É com betão armado e com betão ciclópico que se constroem as novas levadas e consertam as antigas. A utilização de explosivos facilita imenso a abertura de túneis e galerias de captação de água. O comprimento dos canais foi crescendo e a secção transversal aumentando.

As levadas mais antigas têm menos de um metro de largura e a profundidade varia entre 50 e 70 centímetros, salvo uma ou outra exceção.

As construídas nos últimos 50 anos têm maior capacidade. A altura oscila entre um metro e um metro e 20 centímetros. A largura ultrapassa ligeiramente um metro. As levadas continuam a ser canais estreitos, o que evita uma grande perda de água por evaporação. O perfil longitudinal é normalmente traçado com grande precisão. O declive é suave (um a dois metros por 1000 metros) para permitir um movimento lento da água.

As primitivas levadas eram particulares. Foram mandadas construir por homens ricos, donos de nascentes e terras de cultivo. Quando tinham água de sobra vendiam-na aos rendeiros e colonos, que não poucas vezes foram vítimas da especulação.

Ainda no século XV surgiram outras levadas particulares, construídas por iniciativa de associações de heréus. Os heréus são agricultores que possuem uma parte da água da levada. Pagam a conservação do canal e elegem entre si a comissão administrativa.

As levadas dum só dono desaparece-

ram e hoje já são poucas as associações de heréus que mantêm em bom estado as suas levadas.

A construção de levadas com dinheiro do Estado começou na primeira metade do século XIX (Levada Velha do Rabaçal). Até essa altura, a ação do Estado limitava-se a conceder a exploração dos caudais e a fazer leis sobre a administração das levadas particulares.

A intervenção do Estado tornou-se muito mais intensa quando em 1947 a Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira iniciou um audacioso plano de construção de levadas.

Nessa altura já existiam cerca de 200 levadas e a rede de canais somava 1000 km. Apesar da grandiosidade desse sistema, os estudos realizados aconselhavam o aumento significativo da área de regadio e o aproveitamento da mesma água na produção de energia elétrica.

A ilha da Madeira tem uma área total aproximada de 737 Km², mas só 300 Km² são considerados solos

aráveis. Em 1947 a área irrigada não ultrapassava os 110 Km².

Graças à competência da engenharia portuguesa e ao espírito de sacrifício dos trabalhadores madeirenses, em 1967 quase toda a área arável estava irrigada e a rede de levadas tinha crescido de 1000 para 1400 Km.

Em 20 anos foram construídos quase 400 Km de canais e 209 Km² de terras passaram da agricultura de sequeiro para o regadio. Foram, ainda, construídas quatro centrais hidroelétricas, que produzem 15% da eletricidade consumida na Ilha.

A altitudes próximas dos 1000 metros, em zonas de nevoeiros frequentes e muitas chuvas, foram abertos quase 100 km de levadas. Destes canais localizados a montante das centrais hidroelétricas, cerca de 20 km são em túnel. A níveis mais baixos foram abertas as levadas que transportam a água para o regadio e abastecimento urbano, depois de turbinada nas centrais localizadas a 600 metros de altitude (com exceção da central da Ribeira da Janela localizada junto ao mar).

As levadas apresentam sempre uma vereda paralela, que se alarga ou se estreita consoante as possibilidades oferecidas pela topografia. São caminhos da água e de descoberta da paisagem. Um atravessam áreas de Laurissilva. Outras correm a menores altitudes e presenteiam os visitantes com a policromia das terras cultivadas.

A história e as monumentais obras de engenharia são razões fortes para a candidatura das Levadas da Madeira a Património Cultural da Humanidade.

* Investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

¹ “Cartas de Affonso de Albuquerque” - Academia Real das Sciencias de Lisboa; Tomo I; Lisboa, 1884.

² “O aproveitamento da água na Madeira” - Eng. Manuel Rafael Amaro da Costa; Revista “Das Artes e das Letras da Madeira”, n.º 5; Funchal, 1951.

³ Idem - ob. cit.

Fotografias cedidas pelo autor



- 1 **As Voltas da Água – Water Trails**
http://www.youtube.com/watch?v=ZV2GaIJe5qk&feature=youtube_gdata_player
- 2 **Levadas da Madeira – Caminhos da Água, Caminhos de Descoberta da Natureza**
<http://www.jardins.com.pt/wp-content/LevadasdaMadeira.pdf>
- 3 **Os melhores guias para a Madeira**
<http://www.madeira-web.com/PagesP/raimundo.php>
- 4 **Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal: Levadas da Madeira no 3º Seminário Internacional**
<http://www.amigosdoparque.com/2010/11/levadas-da-madeira-no-3-seminario.html>
- 5 **Madeira Rural | Actividades | Levadas e veredas | Caminhadas**
<http://www.madeirarural.com/activities/activities-levada-walks-pt.cfm>
- 6 **Historia da construção das Levadas da Madeira | Madeira Adventure Kingdom**
<http://www.madeira-adventure-kingdom.com/blog/?p=106>
- 7 **Levadas da Madeira**
http://www.cantinhodamadeira.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=103
- 8 **Raimundo Quintal – Levadas da Madeira – Google Académico**
http://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-PT&lr=&q=related:cyUCpMJfjiMJ:scholar.google.com/&um=1&ie=UTF-8&sa=X&ei=O_dUUazsDle47AapwIGoBw&ved=0CDgQzwlwAQ
- 9 **Raimundo Quintal – Centro de Estudos Geográficos**
<http://www.ceg.ul.pt/investigadores.asp?id=94&tab=5>
- 10 **Laurisilva of Madeira – UNESCO World Heritage Centre**
<http://whc.unesco.org/en/list/934>

Fotografia cedida pelo autor



francisco tropa



A escultura, s/ título, 2011, obra de Francisco Tropa, imagem distintiva da iniciativa "serdeágua", XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra, edição de 2013, é parte integrante da coleção da Fundação Bienal de Cerveira, e foi a peça fotografada por Pedro Tropa e Teresa Santos. A Universidade de Coimbra agradece a cortesia que permitiu a publicação da imagem.



ÁGUA E
VIOLÊNCIA:
BINÓMIO

(IN)EVITÁVEL?

PAULA DUARTE LOPES *

Analisar a relação entre água e violência tem sido um caminho surpreendente. Primeiro, porque a água é vital e importante para a vida humana em todas as suas dimensões e todos/as concordam. Segundo, porque, para muitos, continua a ser uma questão essencialmente técnica de engenharia, onde os problemas estão relacionados em levar água onde, quando e com qualidade necessária. E terceiro, porque sempre que menciono esta temática, todos e todas me asseguram que, obviamente, a questão é pertinente, uma vez que as próximas guerras serão sobre água. Da consensualidade da importância da água à tecnicidade da abordagem, o que mais me inquieta é esta profecia que, *obviamente, haverá guerras por água*. Conflitos sobre água são inevitáveis, porque há interesses distintos, projetos alternativos, critérios diferentes, práticas diversas e valores excludentes no que diz respeito ao acesso e utilização deste recurso. Mas, internacionalmente, a realidade tem demonstrado que há mais casos de cooperação do que de hostilidade sobre a partilha da água. Existem registos de situações em que a infraestrutura hidráulica foi alvo ou instrumento de violência, como na década de 1960 entre Israel e Síria ou entre Israel e Palestina, ou mesmo mais recentemente entre as Coreias do Norte e do Sul (2009). Mas esta violência inter-estatal não resultou de uma disputa entre os estados envolvidos relativamente à partilha de água *per se*; a violência associada à água derivou de um contexto de tensão e violência previamente existente.

Se olharmos para lá dos estados, encontramos uma maior frequência e intensidade de violência associada a questões hídricas entre pessoas ou grupos de pessoas do mesmo país ou de países vizinhos, à margem das posições oficiais. A 'guerra da água'

em Cochabamba, em 2000, pareceu confirmar o caminho violento relativo à água, de acordo com a profecia. Este tipo de incidentes, mais ou menos violentos, com destruição de propriedade privada e pública e com mortos e feridos, é mais comum do que é noticiado. São, normalmente, incidentes circunscritos a uma localidade, região, associados a questões de secas ou cheias recorrentes, perpetrados por pessoas que agem de forma impulsiva e/ou desesperada a uma situação extrema. Mas o que rapidamente qualquer um/a se apercebe é que a maioria destes incidentes violentos tem lugar em países em desenvolvimento. Não porque as pessoas aí sejam mais violentas, mas por uma outra razão: a falta de instituições sólidas e resilientes no âmbito das quais tensões e conflitos sobre água possam ser discutidos, geridos, transformados e respondidos de forma satisfatória para todas as partes. O elemento institucional tem sido recorrentemente identificado como o ingrediente que faz a diferença entre um conflito (inter)nacional resultar em dinâmicas violentas ou não.

Um pouco por todo o mundo os governos têm tentado organizar a governação da água com base em organizações de bacia hidrográfica onde se encontram representantes do poder público, dos utilizadores (públicos e/ou privados) e da sociedade civil com diferentes configurações de voto e de poder executivo relativamente às decisões tomadas. No Brasil, por exemplo, no final da década de 1990, o governo federal aprovou legislação requerendo que todo o país se organizasse em Comitês de (sub-)Bacias Hidrográficas, criando um sistema descentralizado, policêntrico e participativo. O mais impressionante foi testemunhar o envolvimento das pessoas nos processos de decisão sobre o

que fazer com a água e como. Muitos são os relatos, pelo mundo fora, de roubos/desvios de água de reservatórios e canais. Por exemplo, todos os verões, na cidade de Amman, a coberto da noite, ocorrem roubos de água em grande escala. A existência de um fórum permanente de reunião, discussão e análise entre os/as diretamente envolvidos e afectados cria laços de confiança, torna visíveis interesses comuns, permite identificar contrapartidas aceitáveis, principalmente, em situações extremas.

As razões desta violência difusa incidem, essencialmente, em situações em que o acesso à água é vedado por uma qualquer razão: alterações climáticas, construção de barragem, privilégio de quem chegou primeiro, discriminação política, social, religiosa, económica, entre outras. Desde a década de 1990, com a adopção de um modelo neoliberal de governação da água, o número de agregados familiares em países desenvolvidos que são desconectados dos sistemas públicos de abastecimento de água por falta de pagamento, tem vindo a aumentar de forma preocupante. A reação inicial é de incredulidade e, muitas vezes, de vergonha mas, rapidamente, a reação pode tornar-se violenta. Estamos a falar da retirada de acesso a um elemento vital para a sobrevivência humana com saúde e dignidade. Estamos a falar de negar, de forma directa e consciente, o direito humano à água por falta de recursos financeiros. A resiliência das instituições governativas nos países desenvolvidos para gerir e transformarem o potencial violento destas ações está a ser testada. Esperemos que a profecia não ocorra porque tudo fizemos para a confirmar.

* Professora da Faculdade de Economia e investigadora do Centro de Estudos Sociais da UC



34
RL #37
RIBALTA

OS [ANTIGOS] CAMINHOS DA ÁGUA PARA O JARDIM BOTÂNICO

SÓNIA FILIPE*
PAULO MORGADO**

Embora facilmente se constate a importância matricial da água nos processos de fixação e organização do espaço no passado, reconhecer que o Homem foi capaz de gerir os recursos hídricos que tinha disponíveis, potenciando-os e colocando-os ao serviço do desenvolvimento das suas comunidades merece, neste momento, mais do que uma simples constatação, para a compreensão das estratégias globais de ocupação e gestão de um dado território. Até nós chegaram vestígios físicos, estruturas construídas sob diversos suportes e com diferentes destinatários. É sobre um desses caminhos de água a pequena reflexão atual.

Em Coimbra, para a implantação e florescimento da cidade, certamente a questão da proximidade do Mondego – com a implantação de um porto fluvial – terá sido fundamental. No entanto, outro fator, não menos importante, pode ter determinado a edificação da urbe neste espaço: a possibilidade de, através de um sofisticado sistema de canais superficiais e subterrâneos, possibilitar o acesso a um fluxo constante de água ao longo de todo o ano, independente da variabilidade da precipitação e inerentemente do caudal do Mondego, para assim suprir as necessidades da população.

São conhecidas estruturas de condução de água para o abastecimento citadino para o período romano. Marco importante de toda uma vertente matricial definidora da urbe medieval foi a instalação, no século XI, do Mosteiro de Santa Cruz ao longo do vale da Ribela, com a construção de uma rede de estruturas subterrâneas de condução da água existente no sistema aquífero existente a montante da pequena bacia hidrográfica deste vale.

No âmbito da Reforma dos Estudos da Universidade de Coimbra (UC), pro-

movida no séc. XVIII, sob beneplácito régio impulsionado pelo Marquês de Pombal, é definida a construção de um Jardim Botânico para apoio às novas estratégias de ensino. Uma vez definido o sítio de implantação do Jardim, depressa urge tratar de providenciar o necessário abastecimento de água que garanta a rega das plantações. De facto, ainda no século XVIII se concretizam os [antigos] caminhos que a água teria de percorrer, desde a sua captação até à entrada no Jardim e distribuição por toda a vasta área do mesmo, construindo-se estruturas subterrâneas, do tipo galeria/mina, que captam e conduzem a água até ao destino pretendido. Estas estruturas chegaram aos nossos dias mantendo a sua função ativa, ainda que truncadas e obliteradas em vários pontos do seu percurso.

Toda esta engenharia de gestão de água está condicionada pela geologia da cidade. A urbe assenta sobre rochas calcárias e dolomias do Jurássico, com pouca disponibilidade de água. No entanto os terrenos a nascente da cidade são constituídos por arenitos de Triássico, classificados dentro da formação “Grés de Silves”, que em parte funciona como um sistema aquífero, armazenando um significativo volume de água, o que permite que durante todo o ano e relativamente independente do regime de precipitação, exista um caudal de água que é cedido para as linhas de drenagem. Por este motivo, as captações de água para a cidade se localizavam nesta área, implantada na freguesia dos Olivais.

A estrutura de captação de águas para o Jardim Botânico foi implantada, no seu troço inicial, a “céu aberto” com recurso à construção de paredes de alvenaria e abóbadas de ladrilhos cerâmicos. A restante estrutura foi constru-

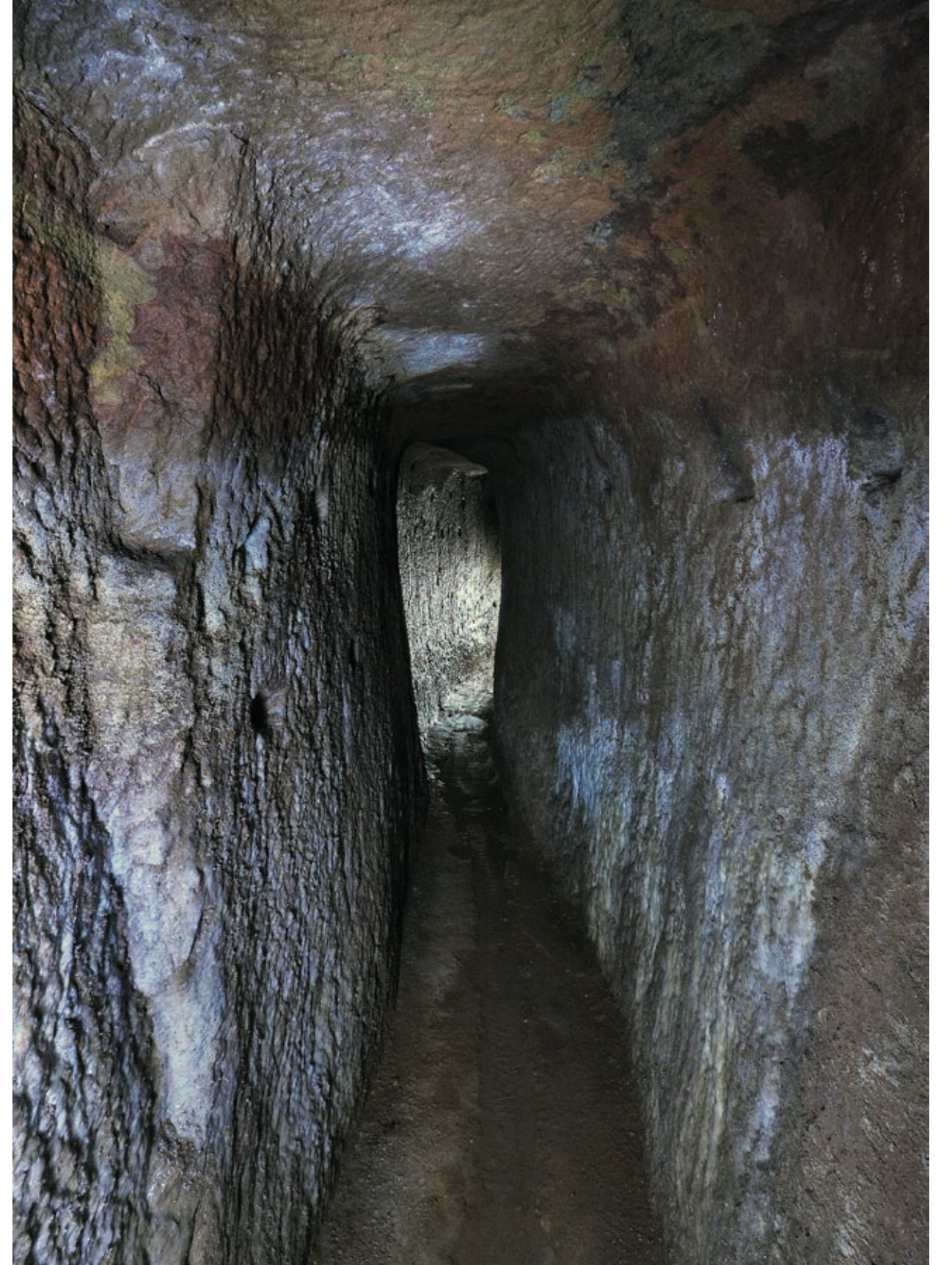
ída em sistema mineiro, com recurso a escavação com pequenas picaretas, das quais ainda é possível observar os negativos deixados na rocha. É ainda possível reconhecer os pequenos covachos onde se colocariam as iluminárias, promovendo à existência de luz no interior, necessária durante o decurso dos trabalhos construtivos ou aquando dos periódicos trabalhos de limpeza e manutenção. Esta galeria subterrânea apresenta-se com a rocha base – o Grés – visível na sua quase totalidade, excetuando um troço em que foi revestida também com paredes em alvenaria e abóbadas de ladrilho cerâmico. A água é captada numa falha/fratura geológica e conduzida pela base da galeria em canaletes cerâmicos de meia-cana.

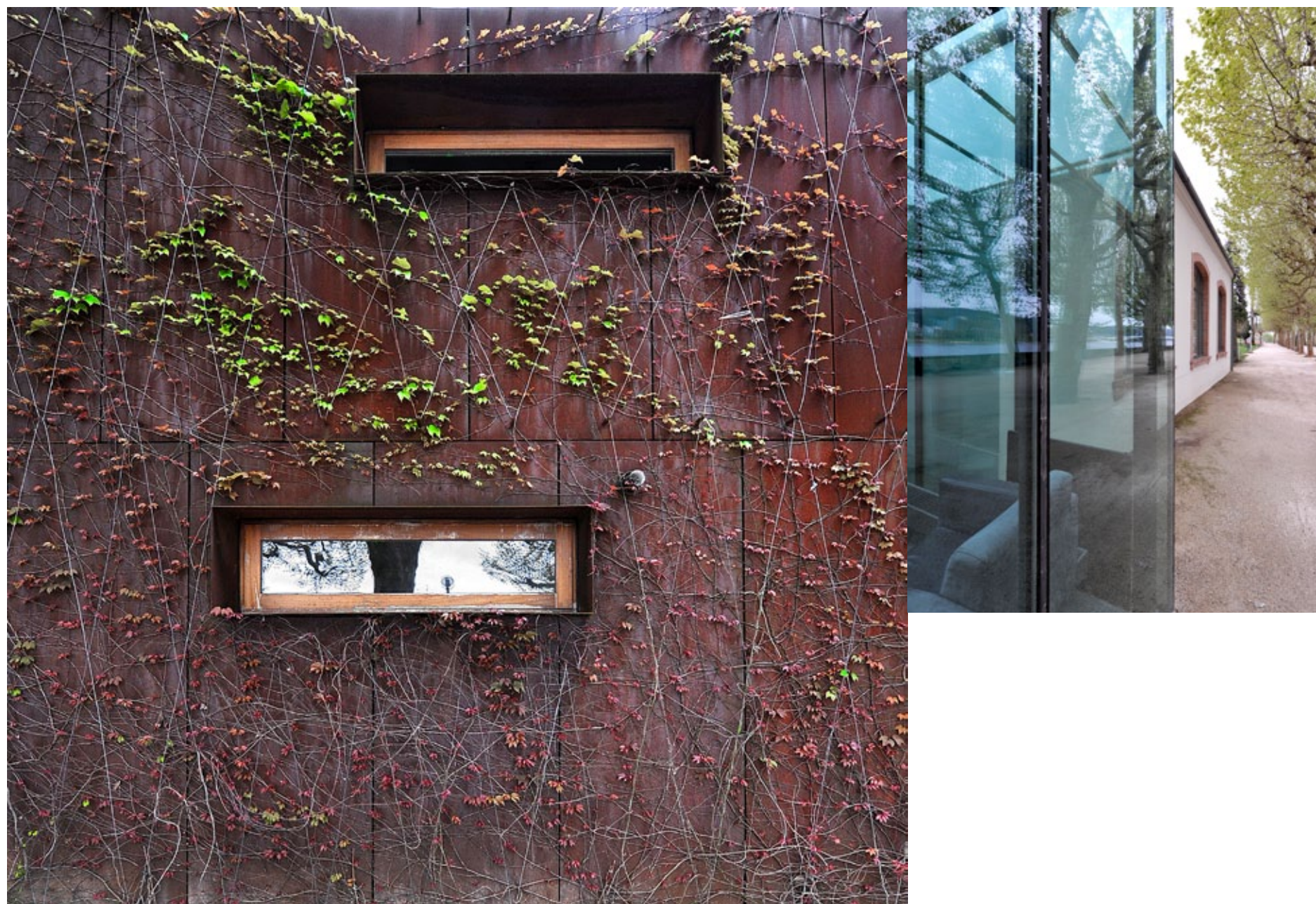
Estes caminhos de água, que percorrem uma parte da cidade de Coimbra subterraneamente, são não só importantes testemunhos do saber fazer dos técnicos ao serviço da Universidade no passado, mas também lições de gestão equilibrada dos recursos disponíveis. Estruturas construídas acima de tudo para serem funcionais, foram elas que, de uma forma discreta, com uma presença indelével na paisagem urbana, garantiram que, desde a década de 70 de 700, este grandioso espaço verde do Jardim Botânico da UC pudesse florescer e permanecer, alimentando plantas, lagos, cisternas, canaletes e toda a biodiversidade que, ainda hoje podemos observar.

*Arqueóloga, Reitoria da Universidade de Coimbra.

** Engenheiro geólogo.







UMA NOVA ETAPA DE AFIRMAÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA DE COIMBRA

MARCELO NUNO GONÇALVES PEREIRA *

O protocolo estabelecido entre a Sociedade CoimbraPolis e a Câmara Municipal de Coimbra permitiu recuperar, dinamizar e devolver à cidade o edifício da antiga Estação de Captação de Água. Graças a este projeto, no qual participou a empresa Águas de Coimbra, é hoje possível usufruir de um belíssimo espaço museológico – o Museu da Água de Coimbra –, que se enquadra no Parque da Cidade.

O edifício que outrora albergou a primeira Estação de Captação de Água apresenta-se como um espaço natural para a Águas de Coimbra comunicar com a cidade. É um espaço aberto, dinâmico, interativo e, acima de tudo, um espaço de criatividade.

A Águas de Coimbra tem procurado intervir junto dos públicos mais jovens, no sentido de os ensinar a valorizar as questões ambientais e, em especial, o recurso água. Neste sentido, e tendo como objetivo central a sustentabilidade ambiental e a valorização do Rio Mondego, o Museu da Água de Coimbra tem vindo a afirmar-se como um espaço único no diálogo com a Cidade.

A entrar no sétimo ano de existência, continua a pautar a sua programação por uma profunda e profícua reflexão no que ao recurso Água diz respeito. Uma preocupação partilhada, de resto, com a ação de responsabilidade social da Águas de Coimbra, «empresa-mãe» deste projeto museológico.

Não temos dúvidas de que queremos continuar a exercer uma forte campanha de sensibilização ambiental e a conquistar novos públicos.

Esta é uma nova etapa de afirmação do Museu da Água de Coimbra, a nível nacional. Etapa em que pretendemos apresentar novos projetos e estabelecer novas parcerias que nos permitam outra dinâmica mais evolutiva.

No que toca a estes objetivos, o Museu da Água de Coimbra irá, em 2013, continuar a assegurar as visitas escolares, apresentar ao público três filmes 3D,

inaugurar três exposições, realizar um seminário em parceria com a Quercus, lançar um concurso escolar, continuar com os concertos pedagógicos e com os passeios de barca serrana.

Em 2013, prevemos realizar novas parcerias para além das já estabelecidas e renovadas com entidades da cidade, cuja atuação vai ao encontro da estratégia de comunicação da empresa: Orquestra Clássica do Centro, Secção de Desportos Náuticos da Associação Académica de Coimbra, Quercus e Exploratório - Centro de Ciência Viva. Sobretudo no último ano, é de salientar ainda o desenvolvimento da colaboração com países de língua portuguesa, nomeadamente com Cabo Verde, envolvendo a formação a nível de membros das ONG's, professores e comunicação social, na área de sensibilização para a educação ambiental e higiene.

Por tudo isto, acreditamos que este projeto museológico nos permite concretizar aquilo que deve ser a ação de responsabilidade de todos nós.

* Presidente do Conselho de Administração da Águas de Coimbra



FERTILIDADE HUMANA: *primum non nocere...*

TERESA ALMEIDA SANTOS *

A fertilidade humana enfrenta ameaças insidiosas, muitas vezes desvalorizadas, decorrentes da evolução social e económica, mas também condicionadas pela exposição continuada e quase inevitável a agressões ambientais. Com a integração plena da mulher na atividade social e económica surgiu a necessidade de protelar ou evitar a gra-

videz justificada pela dificuldade em conciliar uma atividade exercida fora de casa com o envolvimento e disponibilidade necessários ao cuidado das crianças. Esta realidade tem como consequência natural o envelhecimento da “geração dos avós” que se tornou menos autónoma e consequentemente menos disponível para auxiliar na tarefa.

As dificuldades económicas e a incerteza quanto ao futuro são também fatores que levam os casais a adiar o seu projeto reprodutivo. Este adiamento tem consequências dramáticas porque a fecundidade declina, de forma inexorável, com o avançar da idade da mulher, sendo este declínio mais acentuado a partir dos 35 anos, e também porque possibilita a acumulação de influências deletérias para a fisiologia reprodutiva (exposição a tóxicos presentes nos alimentos e nos produtos de uso quotidiano de higiene e cosmética, consumo de tabaco e álcool, maior probabilidade de lesão dos órgãos reprodutores por doenças infecciosas de transmissão sexual ou outras, cujos efeitos se vão acumulando com a idade). A estas ameaças acresce, atualmente, uma outra que decorre do facto de os avanços da medicina permitirem o tratamento da maioria das neoplasias que surgem em jovens e que, fruto das circunstâncias atuais, com cada vez mais frequência atingem indivíduos que ainda não iniciaram ou completaram o seu projeto reprodutivo e cuja terapêutica, sendo eficaz e permitindo uma sobrevida livre de doença, tem como consequência a possibilidade de induzir esterilidade. Esta realidade implica uma reflexão atenta que conduza a uma atitude preventiva.

A possibilidade de preservar a fertilidade feminina tem vindo a assumir importância crescente nos últimos anos, particularmente desde que em 2006 a Sociedade Americana de Oncologia Clínica publicou *guidelines* em que considera que a preservação da fertilidade deve fazer parte integrante do planeamento terapêutico dos doentes oncológicos, devendo ser discutida com estes pacientes. Esta circunstância assume relevância particular nos dias de hoje, em que se adia a primeira gravidez para idades cada vez mais tardias sendo, por isso, mais provável que um indivíduo possa ser atingido por uma doença oncológica ainda antes de completar o seu projeto reprodutivo.

Se a preservação da fertilidade masculina, através da criopreservação de esperma, é um procedimento facilmente

exequível e praticamente isento de desvantagens, o mesmo não se pode dizer das metodologias atualmente disponíveis para preservar a fertilidade feminina: criopreservação de embriões, de ovócitos ou de tecido ovárico. De facto, a necessidade de recurso a estimulação ovárica para obtenção de gâmetas femininos implica que se disponha de algum tempo, antes de iniciar uma terapêutica citotóxica. Por outro lado, o recurso à criopreservação de córtex ovárico implica a realização de intervenção cirúrgica e eventual transplante posterior cuja eficácia parece ser promissora, não obstante ser ainda uma técnica experimental. Apesar de, nos Estados Unidos da América, a Oncofertilidade ser já uma especialidade médica e de alguns países europeus terem organizado redes de preservação da fertilidade de doentes oncológicos, esta possibilidade é ainda frequentemente esquecida no nosso país. Reconhecemos que perante um diagnóstico que ameaça a vida de um jovem, a sua fertilidade futura possa ser relegada para segundo plano, mesmo sendo ameaçada por uma terapêutica cujos efeitos secundários são frequentemente devastadores. Urge, porém, informar atempadamente os jovens da possibilidade de preservarem a sua fertilidade e de manterem a esperança de realizar um projeto parental depois de vencida a doença.

A experiência adquirida no domínio da preservação de gâmetas femininos através do processo de vitrificação de ovócitos ou de congelação de tecido cortical ovárico permite estender estas aplicações a outras indicações, não-oncológicas, em que existe uma ameaça real à fertilidade. Surgem, assim, indicações de índole médica para a preservação da fertilidade, ameaçada por doenças em que se prevê a falência prematura do ovário por condições congénitas ou adquiridas.

Com a remoção recente do rótulo “experimental” a algumas técnicas de preservação da fertilidade feminina coloca-se hoje um outro desafio à sua aplicação: a preservação em azoto líquido de gâmetas viáveis de mulhe-

res que, por diversas razões, decidem protelar o seu projeto reprodutivo para um futuro em que este não seria possível pelo inexorável declínio natural da função ovárica. Esta possibilidade levanta naturalmente algumas questões e implica que se estabeleçam alguns limites de razoabilidade à sua aplicação mas, em última instância, esta será uma possibilidade real de prevenir a infertilidade associada à idade, transformando-se, assim, uma indicação dita “pessoal” ou “social” na prevenção de uma indicação médica futura.

Sendo o instinto reprodutivo um instinto básico fundamental para a preservação das espécies, desde sempre foram múltiplas as agressões que ameaçaram a fertilidade. Com o domínio do conhecimento foi possível compreender alguns dos processos básicos que envolvem o início da vida, sem no entanto conseguir dominar todo o mistério que ainda o envolve. As técnicas de Procriação Medicamente Assistida configuram uma verdadeira revolução biológica e permitem alcançar o que se afigurava impossível, permitindo criar em laboratório um embrião a partir de duas células reprodutoras originárias de indivíduos de sexo diferente e restituindo-o depois ao útero materno (pois ainda só no interior deste é possível completar o desenvolvimento do novo ser até que seja viável). No entanto, apesar dos avanços consideráveis da ciência, não foi até hoje possível, nem se afigura que venha a ser num futuro próximo, ultrapassar a barreira natural à reprodução constituída pela idade da mulher. Porém, as estratégias de preservação de gâmetas femininos atualmente disponíveis permitem alargar em alguns anos (sem riscos inaceitáveis) a idade reprodutiva da mulher e assim minimizar o impacto dos comportamentos atuais na redução da natalidade.

* Professora auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra/ Especialista em Ginecologia/Obstetrícia e sub-especialista em Medicina da Reprodução/Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução/Diretora do serviço de Reprodução Humana dos HUC-CHUC

UM MERGULHO NO RIO

MARIA JOÃO FEIO *

44

RL #37
CIÊNCIA REFLETIDA

Os rios estão presentes em todas as zonas do mundo, quentes, frias, geladas. Uns secos, outros com muita água, outros com água só de vez em quando e outros só correm por galerias subterrâneas. Uns correm rápido, outros muito devagar, quase imperceptivelmente... A água salta por cima das pedras ou passa entre as maiores. Cobre areia, lama, lodo, pedras, rochas... e esconde muitos seres vivos que aí vivem! Uns flutuam, outros nadam, outros até voam, ou então enterram-se no fundo, ou vivem só nas margens ora dentro de água ora fora. Dos pequenos ribeiros de montanha aos grandes rios que desaguardam no mar, todos constituem complexos ecossistemas compostos pelas suas estruturas físicas e comunidades aquáticas e por todas as atividades que aí se desenrolam.

As comunidades aquáticas são compostas por uma incrível diversidade de organismos vivos. Os peixes são os seus elementos mais conhecidos devido à sua relação histórica com o Homem. Menos conhecidos, as plantas aquáticas, as algas, os anfíbios, os invertebrados, fungos e bactérias fazem também parte deste mundo e têm os seus papéis nestas complexas sociedades. Os peixes alimentam-se de plantas e algas, de pequenos detritos em suspensão, de plâncton ou de outros animais como peixes e invertebrados dos fundos. As plantas têm nos rios diversas funções importantes para além da oxigenação da água ou da produção primária, pois oferecem refúgio a peixes e invertebrados que aí se escondem de outros predadores, aí se protegem das correntes fortes ou aí se reproduzem. Mas servem também de substrato para fixação de alguns invertebrados, e para o desenvolvimento de algas microscópicas, fungos e bactérias. Estes últimos podem desenvolver-se em conjunto, em finas películas (biofilmes) sobre as pedras ou rochas no fundo dos rios. Destes biofilmes alimentam-se alguns invertebrados que os raspam das pedras. Os invertebrados que vivem nos fundos dos rios chamam-se bentónicos e usam o substrato do rio, areia, pedras, rochas para se protegerem ou fixarem. Alguns usam grãos de areia para construir casulos que vão crescendo com eles e que fecham completamente para terminar o seu desenvolvimento aquático, antes de se transformarem em insectos voadores. Outros fazem complexas redes em forma de funil que fixam às pedras e viram contra a corrente para filtrar a água e assim apanhar os pequenos detritos de que se alimentam. Uns têm corpos flexíveis, constituídos por anéis e deslocam-se entre os

grãos de areia, contraindo e relaxando o corpo e oscilando. Outros têm conchas e outros um esqueleto externo composto por placas de quitina. Uns têm seis patas, outros só umas estruturas rudimentares chamadas pseudópodes que os ajudam a deslocar-se. Uns têm um par de grandes olhos compostos e outros muitos olhos pequeninos.

Consoante as características de cada rio (do tamanho, à geologia, clima ou geografia) encontramos espécies diferentes, dentro destes grandes grupos de organismos, adaptadas às condições ambientais. Tanto nos animais como nas plantas, o tamanho, a forma, a cor variam conforme a zona do rio ou a sua localização. Em rios com corrente forte, como os de montanha, as formas achatadas são importantes para os invertebrados não ofereçam resistência à água ou e as ventosas evitam que sejam arrastados. Mesmo as algas podem assumir uma forma mais rasteira ou desenvolverem-se em estruturas tridimensionais, conforme as características do rio. As plantas e algas, os organismos fotossintéticos, não se desenvolvem muito nos pequenos ribeiros sombrios, estreitos e com muitas árvores, já que a luz escasseia. Aí são as folhas ou pequenos ramos que caem à água que vão fornecer a maior parte da energia ao sistema, e que são aproveitadas pelos invertebrados detritívoros, que se tornam deste modo na base da restante cadeia alimentar. Por outro lado, em rios de planície ou de grandes dimensões as plantas já podem ter um maior desenvolvimento, tanto nas margens como em ilhas. Os peixes podem também atingir maiores dimensões. As cores e padrões dos animais parecem também exercer diferentes funções. Em rios tropicais os peixes são mais coloridos do que nos temperados, há por exemplo padrões que simulam olhos em locais para afastar potenciais predadores e outros que servem para os confundir com o fundo ou a folhagem. Já a forma de reprodução (sexuada, assexuada, ovovivípara, vivípara, etc.), a duração do ciclo de vida (pode ser menos de um ano nos insectos e de apenas uns dias na forma adulta), o tipo de deslocação (nadando, flutuando, andando pelo fundo), são outras características dos animais e plantas que lhes conferem adaptações adequadas a cada rio.

Estes sistemas complexos e equilibrados são, no entanto, permanentemente alterados pelo Homem que se serve deles para diversos fins. Para reter a água, para regar, beber ou produzir energia, constroem-se pequenos açudes a grandes

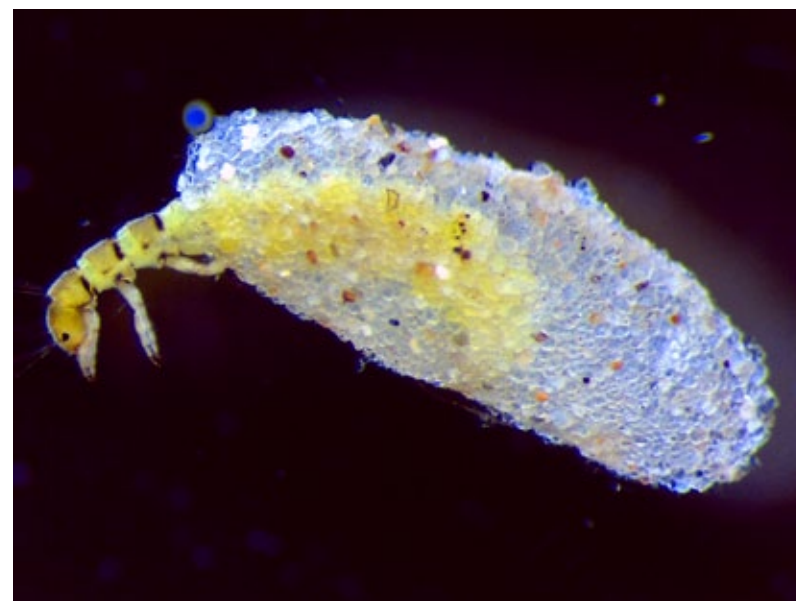
barragens. Estas servem também para reter os peixes mais tempo numa dada zona para que possam mais facilmente ser pescados. A água fica mais parada a montante destas barreiras e o rio muda. O que acontece então os animais achatados que aí viviam? E aos que precisam de corrente para respirar? A temperatura da água sobe e os animais adaptados às correntes frias não vão sobreviver. As plantas que se desenvolviam nas margens ou em pequenas ilhas vão ficar submersas. Por outro lado, as pequenas algas podem aumentar muito de número e cobrir toda a superfície do rio. Os peixes cujo ciclo de vida se desenrola entre o rio e o mar, como o salmão e a enguia, podem ser impedidos de o completar. Já os sedimentos e as pequenas partículas de matéria orgânica que eram transportados pela corrente em direção ao mar podem agora ficar retidas por um paredão muito antes do esperado, transformando um fundo pedregoso num fundo de areia e lodo. E o que acontece aos invertebrados que se fixavam às pedras? E aos que raspavam os biofilmes nas rochas? Como vão os insectos por os ovos debaixo das pedras, se elas estão a uma profundidade muito maior ou desapareceram? E temos também os esgotos nas zonas urbanas. Podem até ser pequenas aldeias, mas ao descarregarem esgotos mal tratados nos rios vão enriquecer artificialmente a água de nutrientes e levar ao crescimento descontrolado

das plantas e à diminuição do oxigénio na água, do espaço para a deslocação dos peixes, ou impedir que a luz chegue ao fundo. Já os pesticidas dos campos agrícolas, que drenam livremente até ao rio porque se cortaram as árvores das margens, vão tornar tóxica para muitos organismos a água onde vivem. E não esquecendo as minas, ou as indústrias com os seus metais pesados ou ácidos. Bastam às vezes pequenas alterações, como muros que são construídos para fortalecer as margens dos rios, para que se quebre a continuidade lateral do sistema aquático, tornando mais secas as margens e comprometendo, assim, as árvores e outras plantas adaptadas a zonas húmidas. E, a culminar, o Homem transporta organismos de uns sistemas para os outros, introduzindo peixes (como o achigã ou a perca-sol), invertebrados (como alguns bivalves ou os lagostins), ou plantas (como a jacinto de água) que se tornam terríveis predadores alimentando-se dos organismos aí pré-existentes, que não têm defesas para aquela espécie antes desconhecida, ou invadem território de outros ocupando os seus habitats e nichos reprodutores. Estas alterações induzidas pelas atividades humanas têm como consequência a alteração imediata ou a longo prazo das comunidades ribeirinhas. Todos mudam, invertebrados, plantas ou peixes. Só ficam aqueles que se adaptam ou toleram as novas condições ambientais, seja mais ou menos

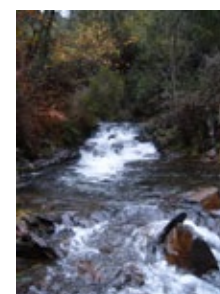
Fotografia cedida pela autora



água, mudanças de temperatura, de regime hidrológico, de sedimento, de caudal ou de qualidade da água. As espécies mais sensíveis vão desaparecer imediatamente. Noutras diminui o número de indivíduos. Outras ainda, porque têm agora menos predadores, ou menos concorrência por espaço, ou porque preferem as novas condições, vão reproduzir-se intensamente e aumentar de número, tornando-se dominantes. É devido a esta diversidade de tolerâncias à poluição da água e alterações às características morfológicas e hidrológicas dos rios, que se usam peixes, invertebrados, algas e outras plantas como bioindicadores da qualidade dos rios. E é com base no conhecimento dos diferentes graus de tolerância de cada espécie (ou grupos de espécies, como o género ou família) que se tem vindo a desenvolver e aplicar métodos de análise da qualidade ecológica cada vez mais sensíveis, que permitam avaliar com precisão a degradação da “saúde” de cada rio ou das suas secções, e também a sua recuperação quando são implementadas medidas de restauração do ecossistema fluvial. E como as espécies estão adaptadas às características dos rios onde vivem, é simultaneamente necessário saber *a priori* quais as espécies que devem existir em cada rio, nas suas diversas secções desde a nascente até à foz, para que sejam usadas como referência. Estas são certamente tarefas complexas se pensarmos que em cada troço de rio podemos encontrar centenas de espécies de microalgas ou de invertebrados diferentes. E, finalmente, é preciso avaliar quais os principais impactos e quais os serviços que os rios prestam ao Homem para equilibradamente podermos implementar medidas que evitem o agravamento da saúde dos rios e simultaneamente levem à recuperação destes ecossistemas e das suas comunidades aquáticas.



Fotografias cedidas pela autora



*Investigadora do Instituto do Mar - Centro do Mar e Ambiente

*O motor da mudança de
centro de gravidade do mundo
tem muito a ver com a China*

50

RL #37 | AO LARGO
ENTREVISTA

ENTREVISTA

João de Deus Ramos

MARTA POIARES

João de Deus Ramos nasceu em Lisboa, em 1942, mas viveu um pouco por toda a parte. Diplomata de renome, esteve presente em momentos-chave da História com letra maiúscula. Foi secretário da embaixada portuguesa em Tóquio (1972 a 1975), cônsul-geral em Genebra (1975 a 1979), participou na abertura da Embaixada de Portugal em Pequim, foi conselheiro de embaixada em Pequim (1979 e 1981) e auditor do Colégio de Defesa da NATO (1981 a 1982), em Roma. Numa vida de lugares incertos, foi ao Oriente que mais prendeu raízes. Incansável historiador e divulgador desta cultura, principalmente chinesa, tem vindo a construir a ponte entre Oriente e Portugal. Também autor de três obras literárias e de mais de 30 artigos e publicações sobre as relações portuguesas com o extremo Oriente, João de Deus Ramos é, aos 71 anos, o vencedor do Prémio Universidade de Coimbra.

Vamos começar por falar do Prémio Universidade de Coimbra (UC) que venceu, este ano.

A pergunta da praxe (para não fugir à semântica do tema): como encara este prémio?

Fiquei muito satisfeito quando soube que tinha recebido o Prémio, como poderá imaginar. Por duas razões principais: um prémio é sempre uma coisa gratificante para o nosso amor-próprio. Depois, por vir de quem vem, ou seja, por vir da UC. Senti-me muito honrado. E vindo na fase da vida em que estou – reformadíssimo, portanto –, ainda tem mais esse lado simpático, porque a pessoa já não tem horizontes profissionais... Então, sabe-se que valeu a pena aquilo que foi feito durante o percurso profissional.

Pensa que, como o reitor João Gabriel Silva afirmou, tem um significado especial, tendo em conta que o peso do mundo se está a mover para oriente?

Sim. Acho que o mundo teve o seu centro de gravidade, a certa altura, em torno do Mediterrâneo. Depois, mais tarde, em torno do período da expansão europeia e daí para diante, o centro do mundo terá passado para o Atlântico. E penso que, a partir do século XXI, será, muito claramente, o Pacífico. Quando falamos do Pacífico, continuamos a falar da América (Estados Unidos da América e, eventualmente, de outros países do Sul da América), e falamos do outro lado, da China. O motor dessa mudança de centro de gravidade geográfico do mundo tem muito a ver com a China.

É uma espécie de catalisador...

Exato. Catalisador dessa deslocação do centro de gravidade mundial para o Pacífico. A China está a recuperar a sua posição como primeira potência económica mundial. Como foi até meados do século XIX. Era a potência económica mundial número um. E, de um ponto de vista político, também foi, durante muito tempo, a grande potência da Ásia. Hoje em dia, ainda não será superpotência, mas também se perfila e está numa fase de crescimento onde isso também está a acontecer. E, do ponto de vista cultural, em sentido alargado, penso que também está numa fase de expansão, através do seu *soft power*. Inclusivamente, uma percentagem crescente das coisas que temos é *made in China*... Portanto, num sentido cultural alargado, também está, nitidamente, numa fase de crescimento.

Que repercussão é que pode ter essa mudança de centro de gravidade geográfica, no mundo?

Aí, já é mais complexo. Não estou a fazer juízos de valor, a dizer se é bom, se é mau, mas a natureza da força civilizacional do Ocidente tinha um lado de expansão



em si própria. Quer no que diz respeito às técnicas e tecnologias, quer no que respeita à ciência, quer no que respeita à religião. Isto é assim. No caso da Ásia oriental e no caso concreto da China, não creio que esteja essa vertente expansionista, quer das suas ideologias, quer da sua filosofia. Não faz parte do ADN da China. A China não é assim, nem nunca foi. Há curtíssimas fases de aparente expansionismo da China... Tive o gosto de fazer, em tempos, há 15 anos, uma comparação entre Vasco da Gama e o almirante chinês Zheng He, e é muito curioso ver as diferenças num caso e noutro. Embora a frota do almirante chinês fosse quantitativamente muito superior, subjacentemente não estava esse conceito de expansão. Ou seja, os chineses iam a um sítio, davam-se a conhecer, mas voltavam para casa, de convite para visita na mente. É diferente.

Sei que é um incansável historiador e divulgador da cultura oriental...

Amador (risos).

Sente que as possibilidades de estudar esta cultura são infinitas?

Como em todas as áreas científicas – se não fosse assim, não tinha graça nenhuma –, há sempre novas coisas a aprender e a saber. Mas penso que na sua pergunta está aquilo que respeita a Portugal.

Sim, porque houve ou ainda há uma ausência de estudos orientais, em Portugal.

Exatamente. Nós fomos o país europeu que primeiro chegou à China. Fomos o primeiro que ficou lá, com a permanência em Macau, e fomos o último a sair. E, de facto, foi bastante espantoso... Na altura, eu usava a expressão: “era vergonhoso para nós”. Com muito alívio, já não é assim. Houve um vazio tremendo, em termos de estudos chineses, cá em Portugal, durante todo aquele período que vai desde meados do século XIX até há 30 anos atrás. Não havia nada. Era uma lástima. Já não é assim, felizmente. E, hoje em dia, os estudos chineses são ainda incipientes, mas existem e já não nos envergonham. Até há 30 anos atrás, quando os meus colegas estrangeiros me perguntavam pelos estudos chineses em Portugal, a resposta tinha de ser: “não existem”. Eles olhavam para nós a dizer assim: “mas está a brincar, com certeza”. Não, não estava a brincar.

O que motivou essa mudança?

A mudança do regime – ou seja, o pós-25 de Abril – ajudou, sobretudo na medida em que permitiu que estabelecêssemos um relacionamento normal, diplomático, com a China.

Em que sentido?

Esse restabelecimento de relações com a China chamou um bocadinho a atenção das pessoas. Começou a haver interesse: nos *media*, em primeiro lugar; nos meios políticos, por força das circunstâncias; e, finalmente, nos meios académicos. Em Portugal, não havia nada. Aquela vaguíssima tentativa, no fim do Estado Novo, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas fazer uma coisa virada para a Administração Ultramarina foi um esforço, com certeza, louvável, mas não levou a nada. Quando nos aproximamos de 1999, cria-se em Aveiro um mestrado apoiado financeiramente pelo território de Macau, ainda sob administração portuguesa. Claro que, chegou-se a 1999, fechou aquela fonte financeira, e aquilo não foi por diante. Esse mestrado da Universidade de Aveiro renasceu há cinco, seis anos atrás. O centro de gravidade, na minha opinião, dos estudos chineses, em Portugal, está na Universidade do Minho (UMinho), em Braga.

Como surge o curso de Braga?

Em 2005, veio cá em visita oficial o primeiro-ministro da China, trazendo imensos reitores de universidades chinesas. Criou-se a parceria estratégica Portugal-China, nessa altura, e criou-se o Instituto Confúcio, que se instalou na UMinho. E aí, em 2005, foi criada, formalmente, a Licenciatura em Estudos Chineses. Já há um mestrado, ainda não há o doutoramento, mas já há dois doutorados.

É importante no sentido de contribuir para a criação de uma massa crítica mais aprofundada?

Sim, começa a haver crítica para, no departamento onde isto tudo está inserido, se vir a criar uma cátedra. Espero bem que sim.

Nota-se uma maior afluência?

Julgo que sim, e julgo que isso tem a ver, diria, não tanto com os lindos olhos da China, mas com a circunstância de que a China está a segunda potência económica mundial, a caminho de ser a primeira. Ora, isso vai dar emprego a muitos jovens. Não tenho números, mas, daquilo que oiço, a percentagem de empregos encontrados por jovens que têm saído licenciados ou mestres que conseguem encontrar trabalho num determinado espaço de tempo pós-licenciatura ou pós-mestrado é uma percentagem mais alta do que noutras áreas. É a vida. As grandes potências atraem negócios.

É esse o sonho que a China comanda?

É a oportunidade de trabalho. E depois julgo que há nos alunos um sentido comum: “Nós somos diferentes

desses todos que andam por aí a fazer outras coisas. Nós somos pioneiros, estamos numa área um bocadinho hermética e um bocadinho mais fascinante do que ser engenheiro, ou médico, ou advogado. Isso é toda a gente. Nós somos uma coisa à parte”.

Acha que estamos no momento certo para fortalecer esse relacionamento de Portugal com a China?

Acho que sim. E acho que tem havido, da parte das instâncias, não sei se do Governo, mas pelo menos universitárias, um apoio a estas iniciativas... As equipas reitorais têm entendido bem o interesse que tem entrarmos nesta onda.

A criação do Museu do Oriente, em 2008, conseguiu marcar um pouco um novo ciclo.

O Museu foi um projeto que existiu na Fundação desde o início. Porque, em Portugal, não havia nenhum museu com essa vocação... Há muita coisa do Oriente, mas não havia nenhuma instância museológica virada, especificamente, para o Oriente. E como a Fundação, ao longo dos anos em que não teve museu, foi adquirindo peças, de facto, era necessário. Contribuir para esse lugar Ocidente-Oriente, estando as coisas guardadas e embrulhadas numa cave, não se contribui coisa nenhuma. O museu foi extremamente importante, acho que continua a ser.

Há, ainda, alguma ignorância em relação ao Oriente, muito preconceito?

Há, é uma coisa exótica. Mas está a deixar de ser.

Acha que as pessoas se interessam, com a criação destas estruturas, mais por esta cultura e percebam alguns dos seus contornos?

Sim. Pelo número de pessoas que vão aos espetáculos, às exposições, aos cursos de caligrafia que têm sido um sucesso, as atividades universitárias... Há todo um desenvolvimento. Já há muita gente que, daqui a dez anos, é chefe de família, com meninos pequenos, para quem nada disto é exótico, nem mistério, nem coisa nenhuma. Para quem o Oriente vai fazer parte do dia a dia. E isso é, claro, muito positivo.

Regressando à casa de partida: o restabelecimento de relações com a China foi um processo moroso?

Foi um processo curioso: o 25 de abril foi em 1974; o acordo de estabelecimento de relações diplomáticas foi em 1979. Portanto, temos aqui cinco anos em que nada aconteceu. Andávamos todos, de um lado e do outro, a dizer “está quase, está quase, está quase”, mas não acontecia nada.

O atraso, aí, foi imposto pela China.

Sim. Temos de ter presente que, em 1974, quando foi o 25 de abril, a Revolução Cultural não estava concluída. Tinham mais com que se preocupar do que estabelecer relações connosco. Eles têm uma noção do tempo diferente. Nós olhamos para os séculos, eles olham para os milénios.

Esteve, precisamente, no momento de abertura da Embaixada de Portugal em Pequim. Como foi estar presente neste princípio de tudo?

Foi fascinante, como pode imaginar. Em Paris, foi decidido que as negociações para o estabelecimento de relações tinham lugar em Paris. Nem era em Pequim, nem era em Lisboa. E, portanto, os embaixadores acreditados dos dois países foram encarregados de negociar o restabelecimento de relações. Acabei por partir para Pequim, em março de 1979, nesta aventura que é abrir uma missão diplomática. Uma aventura cheia de interesse e, profissionalmente, é muito gratificante. Não existe nada, a pessoa tem de criar a estrutura, os primeiros contactos, as ligações, etc. Estive lá, como encarregado de negócios, de março até setembro, sozinho, instalado num hotel, que funcionou como embaixada durante esses seis meses. Foi, obviamente, extremamente interessante.

Macau não era um entrave?

O *problema* de Macau ficou resolvido com facilidade, porque a nossa Constituição de 1976 considerava Macau, não território de soberania portuguesa, mas sim território de estatuto especial. Acordámos que de ambos os lados era aceitável que se considerasse Macau como uma questão ligada pela História e que, a seu tempo, e de acordo com os dois, fosse decidido que era altura de nos sentarmos à mesa para tratar disso. E foi isso que aconteceu. Foram três anos extraordinários.

Assistiu e interveio no processo da transição de Macau, o “entreposto de convergências mais longo entre Ocidente e Oriente”. Como vê e reunificação da Mãe Pátria chinesa?

O sucesso que tem sido Macau pós transferência de poderes – as coisas têm corrido bem, o nosso relacionamento com a China é excelente - fez com que os eventuais *arrufos* da transição se dissolvessem. Se nós tivéssemos tido uma China em convulsão, agressiva, pós-assinatura da declaração conjunta, talvez esses lados menos bons fossem exponenciados.

O Embaixador Eduardo Brazão afirmou que “Portugal teve razão no Extremo Oriente, mas faltaram-lhe elementos na construção da sua obra”.



Que elementos foram esses?

Estou convencido de que, ao dizer isso, não andava muito longe daquilo que eu, no começo da nossa conversa, dizia: que chegava a ser vergonhoso, em Portugal, termos abandonado e termos deixado de ter os estudos chineses. Um outro lado: o veio de transmissão entre Portugal e a China fazia-se muito pelos jesuítas. Estes, por causa do Padroado Português do Oriente, iam pela nossa mão, digamos assim. Mas como foram extintos em 1773 e deixaram mesmo de estar na China, esse veio de transmissão desapareceu. Deixaram um vazio que nunca foi nunca colmatado.

Afirma, no prefácio que escreveu para o livro “Diálogo de civilizações: viagens ao fundo da história, em busca do tempo perdido”, que “Portugal soube, porventura melhor do que os outros, achar o equilíbrio entre conquista e aculturação”.

Diferentemente dos outros países europeus, nós nunca violentámos, digamos assim, a China. Nós, a reboque de outros países, fomos levados, a certa altura, a certas coisas que, porventura, não teríamos feito. De facto, foram violentados por uma série de países europeus. No meio daquilo também nós estávamos. Só que nós já lá estávamos, nessa altura, há quase 400 anos, e não tínhamos violentado. Quando nos instalámos em Macau, não violentámos coisa nenhuma. Nós instalámo-nos lá porque nós e os chineses chegámos à conclusão: “Isto é bom para ambos.” Foram-se criando laços pessoais. A natureza humana é sempre igual, tanto faz ser na China como aqui.

Falando da sua vida enquanto diplomata: em 2005, preteriu fazer uma conferência formal a favor do testemunho das vivências que experienciou nos vários países onde esteve em posto. De que história ocupa mais a memória? Tradicionalmente, com os diplomatas, o primeiro posto é uma coisa que marca sempre um bocado. O meu primeiro posto no estrangeiro foi o Japão, para onde fui em 1972. O Japão, para já, é um país muito agradável, muito bonito, muito simpático. E era o primeiro posto. Portanto, a junção das duas coisas... (risos). E se fui parar à China mais tarde teve um bocadinho a ver com isso. Apaixonei-me pelo Oriente Asiático. O Japão é um país epidermicamente fácil de se gostar; a China, não. Na China, a pessoa tem de gostar, mas pelo meio há uma relação amor-ódio que não há, de todo, em relação ao Japão - é só amor.

Construiu-o?

É uma história estruturante, no sentido em que disse: “Agora, a minha vida profissional, pessoal, intelectual e etc., vai ficar virada para aqui”. Assim aconteceu.

E o caso da China?

Claro que a experiência forte foi a essa. Costumava dizer às pessoas que iam viver para lá: “Olhe, acabou de chegar, vai estar aqui dois, três anos, pode ficar praticamente seguro de que, quando sair, quando acabar, não é a mesma pessoa que quando chegou”. E continuo a achar que isso é verdade. Em regra, as pessoas que estão dois, três, quatro anos na China, quando partem, não são as mesmas pessoas que chegaram. Mudaram por dentro, estão diferentes.

Como é ter uma vida sem raízes?

Ou com muitas raízes?

É um bocadinho complicado, sobretudo, a partir de uma determinada altura da vida. Os primeiros 15 anos desta vida errante são fascinantes e, se voltasse atrás, fazia exatamente o mesmo. Dos 15 anos para diante...é diferente. Aí, tive a sorte de ter um convite para vir para a Fundação Oriente e achei que era altura de criar um bocadinho de raízes.

Dá hipótese à vida familiar.

É. Exatamente. Para as coisas normalizarem... Acho que fiz muito bem.

“João de Deus Ramos nunca cedeu à tentação de, a partir da sua experiência e conhecimentos, se deixar deslumbrar com o brilho da ribalta ou os bastidores do poder onde, discreto, venceu a sua presença. Como pessoa ou como académico, sempre teve o mérito de, empenhadamente, saber aprender, partilhando o seu saber, ensinando como quem respira o ar dos tempos”, são as palavras do Presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino, no prefácio ao seu livro "Portugal e a Ásia Oriental". Reconhece-se?

É um bocadinho assim, de facto. Gostei que ele o tivesse dito.

É uma virtude?

Não é virtude, é maneira de ser. Nas pouquíssimas instâncias em que tive de estar um bocadinho na ribalta, dei-me muito mal com o poder. Sou uma pessoa muito privada. E repito: não é virtude, sou assim. Nem acho que seja desvirtude ou defeito as pessoas que se dão muito bem, porque é preciso haver disso também. É preciso haver as pessoas que são as referências. Dou-me bem com ser assim, e não tenho razões nenhuma de queixa.

Não se arrepende de nenhuma decisão que tenha tomado, enquanto diplomata?

Não. Eu cito aos meus filhos, com alguma frequência,



aquela música do Sinatra: *I did it my way/Regrets, I've had a few/But then again, too few to mention*. Não quer dizer que não se pague preços por opções. Fiz a opção e paguei um preço, porque isto correu melhor ou correu pior. Isso é uma coisa. Outra coisa é dizer: “Ai, que tonto que fui por não ter pegado nesta oportunidade, naquela ou noutra”. Não é só na parte profissional da vida, é numa série de outros aspetos, sejam eles emocionais, sentimentais, financeiros, seja lá o que for. Houve coisas que correram mal, inevitavelmente, mas a circunstância de estarmos aqui a falar e as razões que levam a esta conversa, acho que são, mais do que a prova provada, a prova real de que, de facto, as coisas correram bem.

JOÃO DE DEUS RAMOS

Natural de Lisboa, licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em 1967, foi secretário da embaixada portuguesa em Tóquio (1972 a 1975), cônsul-geral em Genebra (1975 a 1979), participou na abertura da Embaixada de Portugal em Pequim, como encarregado de negócios com Cartas de Gabinete (1979), foi conselheiro de embaixada em Pequim (1979 e 1981) e auditor do Colégio de Defesa da NATO (1981 a 1982), em Roma.

Foi ainda conselheiro de embaixada em Maputo (1983 a 1986), membro da delegação portuguesa às negociações para a Declaração Conjunta sobre Macau (1986 a 1987), chefe de gabinete do secretário de Estado da Emigração (1987 a 1988) e chefe da base principal do Grupo de Ligação e do Grupo de Terras luso-chineses, em Macau, entre 1988 e 1990.

Entre 1990 e 1991, foi secretário-adjunto para os Assuntos de Transição do Governo de Macau (1991 a 1993), embaixador de Portugal no Paquistão (2001 a 2002), governador por Portugal na ASEF (Asia-Europe Foundation), entre 2001 e 2002, e administrador da Fundação Oriente.



ANTÓNIO POIARES BAPTISTA

A PELE QUE HABITA
MARTA POIARES



Entre a palavra e a ideia, António Poiares Baptista multiplica-se por mundos e fundos. Sempre soube que a Medicina era o mapa do seu caminho mas nem por isso deixou de lado algumas estradas secundárias.

Nasceu em Ançã, em 1927, e logo partiu para Moçambique onde o pai, primeiro médico da família, foi exercer Medicina. De poucos anos no corpo já acompanhava o pai nas inspeções sanitárias: “Talvez por isso mesmo, nunca tenha querido ser outra coisa”. Fez o ensino primário em Quelimane e Inhambane, como o irmão. Estórias de África não conta muitas mas foi lá que conheceu a proximidade da morte: “Tinha 8/9 anos, e fui atacado por um leopardo de estimação, na escola. A certa altura, rebentou o elo do cadeado e soltou-se, atacando-me”. Salvo pela professora Mafalda, guardou a memória e a pele do felino, que repousa em Ançã.

Cedo voltou a Coimbra, onde, apesar de contrariar a vontade do pai, que o queria um “médico em África”, completou os restantes estudos.

Em 1945, entrou para Medicina, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC). Logo no primeiro exame que fez, de Anatomia, teve um 19: “A partir daí fiquei com a responsabilidade de tirar boas notas. Acabei a licenciatura com média de 18,2”. Viu noutro 19 - a Pediatria – um sinal, mas a Dermatologia baralhou desejos, surgiu como acaso e ficou por dedicação. “Talvez por isso, mas também porque não existiam grandes nomes nessa área, em Coimbra (o Professor de Dermatologia era o Mário Trincão, cardiologista)”, esta era a oportunidade de “criar” um dermatologista de raiz. Entusiasmado, então, pelo seu tio David, estomatologista, acabou por encontrar na carreira universitária o

seu futuro próximo. Concorreu a uma bolsa e foi para Paris onde esteve, quatro anos a aprender, no Hospital de Saint Louis.

Peça-chave no puzzle dos seus dias, Paris revelou-se revolução: “Paris, para mim, foi abrir os olhos. Um moço que nunca saiu de Portugal, que, praticamente, nunca saiu de Coimbra, vai para Paris, em que tudo é novo... Chegava ao fim do dia com dores de cabeça”.

Entre traduções instantâneas e os medos do costume, Paris acabou por significar muito mais do que aquilo que Poiares Baptista esperava. Nela encontrou duas constantes: Claude, o grande amor, e a carreira na dermatologia. Claude encontrou no primeiro ano, através de Urbano Tavares Rodrigues, por quem foi apresentado. A carreira foi encontrando pelas mãos de muita gente mas principalmente de Robert Degos, “uma referência a nível mundial” e, claro, pessoal.

Na década de 1970 regressou a Coimbra e ocupou o lugar de assistente do professor Espírito Santo, na FMUC. Acabou por estar na Faculdade mais de 30 anos, até 1997: “Nunca tive problemas nenhuns com os estudantes, gostava de dar aulas. Ainda hoje, quando me pedem para dar uma palestra aceito de imediato.”

De Paris trouxe o conhecimento mas também o método: a consulta do *patrão*. “Às quintas-feiras, eram escolhidos alguns doentes do serviço – o doente apresentava-se, era

apresentado por um colega, expunha, e depois discutíamos o doente.” É deste laboratório vivo que Poiares Baptista sente, sobretudo, saudade.

De missões impossíveis lembra-se de muitas e nelas se perde. Afinal, a Dermatologia trabalha sem rede: “Estamos imediatamente confrontados com o diagnóstico, o que não sucede com outras disciplinas em que muitas vezes nos refugiamos atrás de os exames complementares... Em Dermatologia ou conhecemos ou não conhecemos.”

Nunca se batendo por lugares de chefia ocupou diversos - Chefe do Internato Médico dos HUC (1969-74), foi também Diretor dos HUC entre 1974 e 1978; Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Medicina (1978-92) e Diretor daquela Faculdade de 1990 a 1994, para além de Vice-Reitor da UC durante 8 anos (1982-90) e muitos mais afins. Para todos há uma casualidade da vida acompanhada de justificação lógica: foi chefe de serviço do internato médico por ser, na altura, o professor mais novo - “Vai o Baptista porque ele dá-se bem com os novos”, diziam -, e depois, o 25 de Abril, as demissões e algumas “obrigações”, no bom sentido, sempre. Enquanto Diretor dos HUC assistiu a algumas importantes mudanças: o agrupar de serviços de Homens e Mulheres e o criar os serviços de Medicina Intensiva e de Cardiologia, que ainda não eram independentes. “Foi

59

RL #37 | AO LARGO
RETRATO DE CORPO INTEIRO

uma época que, como de resto, todas as épocas revolucionárias, permitem modificar muita coisa”, relembra. A ligação a Paris nunca esmoreceu, pelo contrário, continuou bem viva na *epiderme* da vida de Poiares Baptista. Para além de ter regressado, por duas vezes, para estudar, concluindo por lá o Doutoramento, foi cônsul-honorário de França e presidente da Alliance Française em Coimbra. “É uma ligação natural, como se fosse o meu segundo país, onde deixei, continuei e, felizmente, mantive as relações. Fiquei muito ligado à escola francesa de Dermatologia”. No discurso e no sorriso a vontade de rever raízes é mais do que óbvia. Poiares Baptista revisita-se constantemente: a Moçambique, por exemplo, regressou antes da independência, aquando da criação da Universidade de Lourenço Marques. “Eu e o meu colega de Lisboa, o Juvenal, decidimos o seguinte: num ano ele ia a Moçambique e eu ia a Angola. No ano seguinte trocávamos. Ano sim ano não tive essa possibilidade de ir lá, estar lá um tempo, dar aulas e conhecer um pouco de Moçambique”. De Paris trouxe o grande amor – que mais tarde lhe traria outros dois amores, os filhos –, a carreira mas também a pintura. Autodidata mas cuja técnica aperfeiçoou com Collete Vilatte, viu a vontade de cobrir telas advir da vida *ilustrada* de Paris - a intensa atividade cultural da cidade-luz deslumbrou e acordou uma vocação que, ainda hoje, se multiplica e permanece. Outra constante que sempre caminhou lado a lado com tudo o resto foi a prática de desporto. Brilhante e completo em tudo o que faz, António Poiares Baptista jogou voleibol no liceu D. João III (na equipa dos vanguardistas da Mocidade Portuguesa) e, já na Universidade, foi nadador da Associação Académica de Coimbra, treinado por duas velhas glórias da natação nacional, Manuel Gaspar e Luís Conceição: “Treinávamos na Piscina Fluvial que existia no rio Mondego e num tanque no Campo de Santa Cruz, a que chamávamos “caldo verde”, pois não tinha água corrente. Entrei em competições em diversos pontos do País e até ganhei algumas medalhas. Mas não por mérito meu, pois foi sempre nas provas de estafetas

em que os outros puxavam e eu ia atrás!”, conta de gargalhada na voz e modéstia em riste. A ligação à água, antiga, pela relação com a Ribeira de Ançã, manteve-se bem viva. Aliás, depois dos 80 anos, Poiares Baptista acabou por ceder às vontades alheias e concorrer no Campeonato Nacional de Natação de Masters, em Reguengo de Monsaraz. “Achava que estavam todos malucos mas, o que é certo, é que fiz as provas, ganhei-as e bati o recorde nacional. Fiquei de boca aberta. Como é que é possível?” Apesar de já ter conseguido mais do que um record, Poiares Baptista não gosta de se levar a sério: “Eu brinco com isto. Esperei desde os 18/19 anos, até agora, para ser campeão (risos)”. Navida “aposentada”, *continua* Medicina através dos filhos – dentista e dermatologista – e da museologia. Rodeado por elementos da História – da família e da Medicina -, admite que é outro grande caminho que percorre todos os dias. Juntamente com Alfredo Rasteiro, também professor jubilado da FMUC, expôs alguns “tesouros da Medicina”, na exposição “Medicina em Coimbra – Nota Histórica e Evocação da Obra de Costa Simões”, que deu a conhecer os primórdios do ensino médico em Coimbra, bem como prestou homenagem a António da Costa Simões, figura incontornável da Academia Coimbrã. Desde livros antigos a microscópios (de que faz coleção), seringas metálicas, modelos do corpo humano, folhas de um herbário de finais do século XIX, equipamentos e aparelhómetros usados nos primeiros anos da prática de Medicina em Coimbra, Poiares Baptista permitiu mostrar[-se] – a Coimbra e ao mundo – o impressionante acervo da FMUC. “Eu e o Rasteiro, juntamente com o Museu da Ciência, organizámos essa exposição e já estamos a pensar fazer outra sobre imagens no ensino”. Em António Poiares Baptista, não se lê a idade na voz. *Na pele que habita* lê-se vida, aventura e novos princípios e reescreve-se capítulos como quem acorda para outro dia. Na avidez – e quase sofreguidão – de viver uma vida vivida, mora a calma que permite o *todo-tudo* que, ainda hoje, espanta todos que se cruzam no seu caminho.



61

BL #37 | AO LARGO
CRIAÇÃO LITERÁRIA

UM SOM DE ÁGUA AO PÉ DE UM ADORMECER

JOÃO FIGUEIRA *

Esta é a estória de um rio e de algumas vidas que ele moldou.

Um rio com sabor a montanha e a sal, que tanto lava as barreiras de roupa batida contra as pedras, como é escola a céu aberto de uma juventude irrequieta e pobre, de futuro incerto, errante e sem favorecimentos entre a serra e a foz. É também caminho, estrada, rota de barqueiros e reserva natural de pescadores. Ali, na Ereira, antes de o rio se fazer mar e onde o poeta local, Afonso Duarte, dizia que “os homens da minha terra passam meio ano a lavourar e outro meio ano ao anzol”, ali, terra de arrozais e de lampreia, o Mondego foi sempre uma promessa de vida melhor. Ali e por onde passasse, porque ele era ao mesmo tempo campo, estrada, regadio e pesca – a subsistência de populações inteiras.

Que o digam a Aida Rosa, a moça dos bois, e seu marido, Joaquim Nunes, que apenas pôs pé na escola pela primeira vez aos 35 anos. Ou o António Pardal, nascido e criado na Carapinheira, nos anos 30 do século passado, e que, ainda menino, vai ganhar sete escudos ao dia nos campos do Mondego...

*S e t o d o s o s r i o s s ã o d o c e s ,
d e o n d e o m a r t i r a o s a l ?*

Pablo Neruda

Ainda há quem se lembre: nas cheias, o rio é uma loba que cresce assustadoramente. Há anos em que da Carapineira a Alfarelos é tudo Mondego. Água barrenta, nervosa e apressada, onde algumas casas parecem palafitas plantadas no seu regaço inquieto e dorido e em que as gentes atarefadas e sofredoras já sabem que as feridas do rio são também as suas. Mas para Ana Rainha e Olívia de Jesus, o rio não era o “ai jesus” que ouviam soltar de algumas bocas temerosas de tanta força bruta. Ele era a expressão de uma liberdade e por isso o invejavam, sem saberem que por essa altura, a muitos rios de distância, havia outras enxurradas e um poeta a versajar: “do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o oprimem”.

Um rio é isto tudo: um poema, um desejo, uma viagem, um enigma, um prazer, uma memória, uma aventura, muita esperança, alegria e sofrimento. Só as paixões são assim: um excesso de entrega e abandono e por isso as gentes que o habitam chegam a dar a vida, as casas e as colheitas por ele, de quem também recebem quase tudo. Lembram os habitantes de uma das “Cidades Invisíveis”, de Italo Calvino, para as quais a verdadeira paixão é “desfrutar de coisas novas e diferentes”. Para essas gentes, da serra ou do vale, o Mondego é sempre uma novidade, uma esperança que se renova na diferença de cada dia. A água é a sua força e razão; mas também alimento, paisagem, a vontade e a urgência em chegar ao mar. Como se dançasse um corridinho pelos vales estreitos que o trazem serra abaixo, o rio ensaia novos passes numa líquida coreografia em que desenha o seu próprio destino. O movimento perpétuo do seu curso faz dele um nómada em direção ao oceano profundo. Rio sem tempo nem lugar, temperado de silêncios e sons florais, arrasta consigo estranhas músicas e feitiços. Os seus caprichos aliados a uma força invisível de renovação fazem do Mondego um modelo – o protótipo dos rios, do sonho, da utopia palpável e realizada ao permitir o milagre de uma fonte atingir a dimensão de um deus!

Que aventuras e memórias, afinal, há por descobrir neste rio que tem tanto de misterioso como de surpreendente e belo? Dele e das personagens que o habitaram e vivem trata o livro *Estórias do Mondego*, que foi descobrir o Carago, o Caneca, a Maria Galinha, a força dos carrilanos, mais o Manuel Quintaneiro, orgulhoso marnoto, e António – o barqueiro que queria ser tão livre quanto o rio. Há ainda uma lavadeira com nome a cheirar a saudade e o velho Estevão que uma noite deu um tiro na própria sombra.

Alguém se lembra, ainda, como era a noite escura na Foz do Dão, uma das três aldeias que viria a ficar submersa? E que faziam lá o Alípio Moleiro e o Chico Amarelo? E mais a norte, com a nascente à distância de um sussurro, onde o centeio sabe a vento e a batata cresce silenciosa debaixo da terra, lá, onde Artur, o guardador de rebanhos, faz cercas com as palavras, de que forma o Mondego molda as vidas dos que vivem a seu lado?

Estórias do Mondego é um livro cuja publicação é apoiada pela Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC), de quem recebeu, aliás, um apoio decisivo e de cuja apresentação aqui damos conta em primeira mão. Trata-se de uma obra em oito capítulos cheios de aventura, de humor, ternura e muito afeto. Nele se cruzam e se descobrem vidas intensas, duras, de muita luta e de incompreensíveis dificuldades que têm em comum uma estreita e forte ligação ao rio.

O cenário é o Mondego de um Portugal “orgulhosamente só”, mas as estórias não isolam as pessoas do país e do mundo, como se elas fossem os únicos habitantes sobre a Terra. As suas vidas estão presas ao Mondego, incapazes de viver sem ele, fora dele, enquanto o mundo se renova e transforma como a água que corre em direção ao mar. São estórias de muitos tempos e épocas que, em conjunto, nos mostram fragmentos de muitas vidas e que, no entanto, não esgotam o maravilhoso e enorme manancial de narrativas ainda por descobrir e contar.

Sem a disponibilidade das muitas pessoas que nos testemunharam as suas experiências e abriram as suas memórias (algumas delas fotográficas), este livro não teria nunca chegado à foz. Foi com base nas suas palavras que foram escritos os pedaços de vidas de vários tempos, revividas e reconstituídas através da escrita criativa e envolvente de um talentoso grupo de jovens licenciadas em Jornalismo pela Faculdade de Letras da UC, a que se juntou o olhar sensível e poético da fotografia. Quem acredita no poder mágico da água, dirá que só ela seria capaz da feliz coincidência de trazer à espuma dos dias uma obra inteiramente escrita por ex-estudantes da Faculdade de Letras numa iniciativa organizada pela UC!

Daí, que seja inteiramente justo destacar uma vez mais o talento, a iniciativa e a persistência das autoras, cujo trabalho tive o prazer e privilégio de coordenar e o qual nos permite celebrar agora este livro e, assim, deliciarmo-nos com cada uma das estórias. Através delas sorrimos, somos surpreendidos, abanados; e até somos capazes de nos tornarmos cúmplices dos seus personagens. Mas no final, o olhar sobre o velho rio não mais será o mesmo. Pela minha parte, como diria Fernando Pessoa, “não quero mais que um som de água ao pé de um adormecer”.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

EM ABRIL, POEMAS MIL

Aranhiças & Elefantes definem-se na indefinição: são um blog-grupo experimental ou um paracolectivo poético ou, mesmo, um não-movimento. Constroem-se num desequilíbrio de palavras, imagens e sons, desde setembro de 2007. Desde então, mantêm a criação regular na blogosfera – moram em <http://aranhicasedefiantes.blogspot.pt> - e desenvolvem um percurso feito de *p.o.erformances* em diferentes cidades – Coimbra, Tomar, Caldas da Rainha, Viseu, Porto, Salamanca e Barcelona – e em diferentes contextos: galerias, bares, associações académicas, associações culturais, repúblicas estudantis, casas *factory* contemporâneas.

Em abril de 2011, produziram a exPOE-Mização de PONIs (Poemas-Objeto Não Identificados) “a]fixação proibida seguida de abébia”, no âmbito de uma residência artística na Associação Cultural Arte à Parte (Coimbra). *Expoeimizaram*, também, alguns PONIs no Centro Cultural O Século (Lisboa) e no TEDxCoimbra 2012.

Recentemente, o trabalho sonoro da junção improvável de aracnídeos com mamíferos foi incluído na grelha de programação da Rádio Universidade de Coimbra, e os trabalhos na área da vídeopoesia foram projetados em São Paulo (Cidade Atravessa #11), Lisboa (Filmagens 2011) e Coimbra (Anarkitektura #2).

Na bagagem trazem, ainda, o segundo lugar no Poetry Slam do Festival Silêncio 2011 (Lisboa), a edição do álbum de poesia sonora e experimental “desde que nasceu: vende-se compra-se oferece-se procura-se”, bem como uma mão cheia de “ladrilhos”, uma zine artesanal expoemática.

E porque nem só de ter a palavra vive o mundo, decidiram dar a palavra a outros/as, enquanto dinamizadores do Poetry Slam Coimbra.

extremas e temporárias

provocadas por

moderadas e permanentes

serpentinadas elevadas

deixadas

peleadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

deixadas

63

RL #37 | AO LARGO
CRIAÇÃO LITERÁRIA

ARANHIÇAS
& ELEFANTES

ÁGUA

O MELHOR É A

É com este singelo verso que Píndaro, o maior poeta lírico da Grécia antiga, inicia a Iª Ode Olímpica, dedicada a Hierão de Siracusa, vencedor na corrida de cavalos. Logo a seguir, o artista enuncia o ‘fogo incandescente’, grande rival da água, mas que com ela trabalha para gerar vida. É este mesmo papel essencial na criação que leva a que a água apareça entre os primeiros elementos que se destacam da massa informe do caos primordial para fecundar a terra e, com a cúmplice anuência de Eros – também ele uma das primeiras divindades a ser criadas –, contribuir para dar consistência ao cosmos e a todos os seres que o virão a habitar. Sendo embora fundamental para a vida, a água aparece igualmente, já desde o primeiro livro da Bíblia, através da narrativa de Noé, associada à força punitiva, que vem corrigir o desregramento da raça humana. Mas até quando aniquila com a sua força avassaladora, a água continua a levar, em si mesma, a esperança da vida e a capacidade para estimular a regeneração. Também a Imprensa da Universidade de Coimbra procura associar-se a essa força cosmogónica essencial, evocando obras várias do seu catálogo que encontram na água fonte de inspiração e de estudo.

DELFIM LEÃO

64

RL #37 | AO LARGO
LUGAR DOS LIVROS

Título: *Hidráulica Urbana. Sistemas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais*
Autores: José Alfeu Sá Marques, Joaquim José de Oliveira Sousa
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Ensino*. Coimbra 2012

Título: *Invertebrados de Água Doce. Chave de Identificação das Principais Famílias*
Autores: Sónia Serra, Nuno Coimbra, Manuel Graça
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Natura Naturata*. Coimbra 2009.

Título: *Aquatic Ecology of the Mondego Basin Global Importance of Local*
Coordenadores: Miguel Ângelo Pardal, João Carlos Marques, Manuel Augusto Graça
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Investigação*. Coimbra 2002.

Título: *Modelação em Hidráulica Fluvial e Ambiente*
Autor: José Simão Antunes do Carmo
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Ensino*. Coimbra 2004.

Título: *Guia Ilustrado das Macroalgas*
Autor: Leonel Pereira
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Natura Naturata*. Coimbra 2009.

Título: *Ecological Indicators in Coastal and Estuarine Environmental Quality Assessment*
Autores: Fuensanta Salas, Joana Patrício, João Carlos Marques
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Ensino*. Coimbra 2007

Título: *Geografia Física e Riscos Naturais*
Autor: Fernando Rebelo
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Investigação*. Coimbra 2010.

Título: *Mar Greco-latino*
Coords.: Francisco de Oliveira, Pascal Thiery, Raquel Vilaça
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Documentos*. Coimbra 2006.

Título: *Mudanças no Uso do Solo no interior Centro e Norte de Portugal*
Autores: António Campar de Almeida, Adélia Nunes, Albano Figueiredo
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Investigação*. Coimbra 2009.

Título: *Riscos Naturais e Acção Antrópica: estudos e reflexões*
Autor: Fernando Rebelo
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Investigação*. Coimbra 2003.

Título: *Ordenamento e Desenvolvimento Territorial*
Autor: Paulo Carvalho
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Ensino*. Coimbra 2012



Revista Portuguesa de História
Historiar um bem escasso
Maria Helena da Cruz Coelho *

A *Revista Portuguesa de História*, no seu tomo 43, publicado em 2012, tomou como mote a água. Quis historiar um bem escasso, enquanto água potável, um bem essencial, que constitui dois terços da superfície terrestre e do próprio corpo humano, um bem desigualmente repartido e mal utilizado, um bem gerador de disputas e conflitos mas também um elo de comunicação e união. Consciente da multiplicidade dos ângulos de abordagem, a *Revista* abriu-se a uma transversalidade e interdisciplinaridade de saberes, o que resultou em estudos diversos e complementares de ampla cronologia. Fala-se de técnicas hidráulicas e obras de captação de águas, das marcas da água no urbanismo, da fiscalidade municipal que se movimenta em seu torno, dos caminhos e homens do mar, das rios como fronteiras políticas, do termalismo e da terapia pela água. Este tomo da *Revista*, que teve como coordenadora científica Maria Alegria Fernandes Marques, compagina-se, prospectivamente, como as preocupações das Nações Unidas que determinaram ser 2013 o Ano Internacional de Cooperação ao Acesso à Água. E associa-se também à Universidade de Coimbra que, na XV Semana Cultural, tem como epicentro

“ser de água”, tema que é igualmente o objecto de análise da sua Revista *Rua Larga*. Por isso coube-nos a honra da apresentação deste tomo pela Senhora Vice-Reitora da Cultura e Comunicação, Clara Almeida Santos. São suas as últimas palavras que sintetizam as múltiplas valências dos estudos da *Revista Portuguesa de História* e que lançam um repto à sua leitura e descoberta:

“Para terminar, sugiro um levantamento de todas as funções da água que são abordadas nesta *Revista*.

Água para consumo humano, para cozinhar, para higiene pessoal, para práticas litúrgicas, para saneamento, para produção de energia, para funcionamento de moinhos e outras atividades industriais, para tarefas agrícolas, para rituais de purificação, para pesca, via de transporte, via de comunicação. Água como perigo, palco, porto, promessa, caminho.

Fica a certeza de que esta listagem não exaustiva será apenas um indício, no sentido peirciano do termo, de todas as áreas em que a água toca”.

* Diretora da *Revista Portuguesa de História*

Título: *João de Castro Osório. Tragédia e Política*
Autora: Ália Rosa C. Rodrigues
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Estudos Humanidades*. Coimbra 2012.

Título: *Actas da VI Reunião Internacional de Canonistas*
Coordenação: José Carlos Seabra Pereira, Manuel Ferro
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Documentos*. Coimbra 2012.

Título: *Sons do Clássico. No 100º aniversário de Maria Augusta Barbosa*
Coordenação: J. M. Pedrosa Cardoso, Margarida Lopes de Miranda
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Documentos*. Coimbra 2012.

Título: *Sousa Gomes e o ensino da Química*
Autor: J. S. Redinha

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2012.

Título: *No Portugal Moderno - espaços, tratos e dinheiros. Miunças 3*
Autor: Joaquim Romero Magalhães
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Investigação*. Coimbra 2012.

Título: *As relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)*
Autor: Jorge Santos Carvalho
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Documentos*. Coimbra 2012.

Título: *Para Conhecer a Terra: Memórias e Notícias de Geociências no Espaço Lusófono*
Coordenação: F. C. Lopes, A. I. Andrade, M. H. Henriques, M. Quinta-Ferreira, M. T. Barata, R. Pena dos Reis
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Série *Documentos*. Coimbra 2012

Título: *Mestres da verdade invisível no arquivo da psiquiatria forense portuguesa*
Autor: Luís Quintais
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Ciências e Culturas*. Coimbra 2012.

Título: *Caminhos de fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*
Autor: Patrick von zur Mühlen
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *História Contemporânea*. Coimbra 2012.

Título: *Diálogos Urbanos: Territórios, Culturas, Patrimónios*
Organizadores: Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite
Edição: Almedina, Centro de Estudos Sociais
Série *Cidades e Arquitetura*. Coimbra 2012.

Se em 1964 era apenas título de um livro publicado por Umberto Eco, desde então tornou-se uma expressão de uso corrente, uma espécie de oposição quase proverbial. Originalmente, o escritor propunha a divisão das reações perante a cultura de massas e as indústrias culturais nas duas categorias referidas: de um lado, os primeiros, que consideravam que a massificação da produção e consumo constituíam a perda da essência da criação artística; do outro, os que acreditavam estar-se perante enormes avanços civilizacionais, de uma efetiva e criadora democratização da cultura. Em plena XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC), “Ser de Água” é condição para conhecer as mais e as menos óbvias marés: ser de água como se é essencial à vida, ser de água como se é ponto de partida de questões ambientais, ser de água como se é origem de vida na Terra, ser de água como se é mulher – símbolo fértil gerador de vida humana. É este último ponto que agita, desta feita, este mar de palavras opostas. Discuta-se, então, a Lei da Paridade, assunto não raras vezes pousado sobre a mesa do debate político.

69

RL #37 | AO LARGO
APOCALÍPTICOS
E INTEGRADOS



A PARIDADEZINHA

CATARINA GOUVEIA ALVES *

Por estranho que possa parecer, é possível passar-se muito tempo absolutamente distraída do facto de ser mulher. Mas acontece sermos lembradas disso, eventualmente. Acontece quando alguém que intelectualmente respeitávamos deixa escapar o sinal, subtil mas inequívoco, de uma desconfiança bafienta e indomada quanto ao mérito expectável de uma mulher no desempenho de determinadas funções. Acontece nos meios mais distintos, não escolhe género nem idade, e obriga a um difícil exercício de tolerância, que nem sempre somos capazes de concluir com êxito. Acontece. E provavelmente seria ingénuo esperar que deixasse de acontecer tão cedo num país em que as mulheres dedicam ainda, em média, mais de quatro horas por dia (28 por semana, 1460 por ano) à realização de “trabalho não remunerado”, nomeadamente, tarefas domésticas e de apoio à família. No entanto, basta abrir uma “revista feminina” para descobrir com pasmo quão diferente é o retrato “da mulher portuguesa do século XXI”: competente e ambiciosa na vida profissional, mas generosa no tempo dedicado à família e aos amigos; activa e interventiva na vida social e política; culta e atenta às tendências da moda; militantemente saudável e aprumada e, já agora, capaz de colorir criativamente a intimidade partilhada com a caríssima metade. Ora, parece-me evidente que o que quer que signifique ser “a mulher portuguesa do século XXI”, dificilmente poderá corresponder a este ideal. A menos que os dias das mulheres portuguesas passem a ter, em média, 30 horas em vez de 24 (ou 20), maravilhosa inovação que nem o século XXI nos deverá proporcionar.

Porque muito mudou, mais muito há que mudar ainda, não merece reparo o desígnio de uma Lei da Paridade, que pretendeu abrir as portas de salas tradicionalmente reservadas a clubes limitados, para deixar sair o bafio e provocar uma

experiência que vá de encontro ao preconceito. O problema desta lei – como de muitas das questões e políticas de “género” – é correr o risco de claudicar na fronteira entre o simbólico e o frívolo. Na verdade, a experiência tem-nos confrontado com a apresentação de listas em que as mulheres surgem frequentemente colocadas em lugares não elegíveis, além de polémicas renúncias de mandato, que denunciam uma desprestigante cumplicidade na hipocrisia. E o melhor será nem imaginar quantas vezes se repetiu e repete, nas salas fechadas como sempre, o exercício de eleger com enfado as caras “coloridas” a exhibir em panfletos volantes.

Aí, onde a Lei da Paridade não logrou abrir portas, mas apenas eufemizar uma realidade que persiste, é que de útil se fez um exercício tão fútil como “brincar à paridadezinha”; infirmo o desígnio de ser o símbolo de uma sociedade em mudança, para ser apenas testemunho de uma condescendência mofenta, que há que assumir para ultrapassar. É certo que conhecemos hoje mais autarcas (*s.f.*) e mais deputadas. Mas há também mais magistradas, mais gestoras, mais investigadoras, mais doutoradas, mais estudantes universitárias do que universitários... E, por outro lado, um crescente e preocupante abandono escolar entre rapazes no ensino obrigatório.

À “paridadezinha” opõe-se, assim, uma paridade aumentativa e real que vai singrando – contra a desconfiança e os desequilíbrios, a despeito das contradições que nas próprias mulheres subsistem, à margem da Lei e de todas as quotas. Esperemos, enfim, que esta paridade logre afirmar-se, evitando ocultar sob eufemísticos diminutivos as disparidades que se anunciam.

* Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Este texto não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico, por vontade da autora.



Em vigor desde 2006, em Portugal, a Lei da Paridade estabelece um sistema de quotas para garantir a participação de ambos os sexos nos órgãos de decisão política, através de listas candidatas a eleições compostas por pelo menos 33% de representantes do sexo minoritário. Esta lei identifica o conceito de paridade com o mecanismo de quotas, o qual não passa de um instrumento para alcançar algo mais vasto: a igualdade indispensável a uma democracia digna desse nome.

Paridade significa o reconhecimento da amputação violenta de que a democracia representativa padece desde a sua criação na sequência da Revolução Francesa, momento em que os Direitos do Homem e do Cidadão foram conjugados no masculino, excluindo metade da humanidade. A partir daqui consolidou-se um conceito de poder político androcêntrico, baseado numa clara separação entre o espaço público e o espaço privado. Combater esta exclusão, que ainda hoje se reflete nas muitas desigualdades sociais de que as mulheres são vítimas, constitui um dever de todos/as aqueles/as que acreditam na justiça como fundamento da democracia. Qualquer estratégia não violenta que conduza à concretização da igualdade democrática é legítima e urgente neste combate. Em Portugal, como na Europa e noutros continentes, as quotas têm tido sucesso efectivo no aumento da participação das mulheres.

Os debates que rodearam a implementação da lei em Portugal centraram-se sempre nas quotas e jamais no fundamental – a igualdade. Os argumentos contra a lei assentam em premissas erradas como: 1) “as mulheres não participam na política porque não querem”, o que é falso, porque em amplos sectores de movimentos sociais as mulheres estão em clara maioria; 2) “as mulheres não têm lugar nas listas partidárias por falta de mérito” ou a ideia de que beneficiá-las constitui um paternalismo que rebaixa aquelas que

possuem esse mérito. Um absurdo: tendo em conta o sucesso conquistado pelas mulheres nos mais variados domínios, e que nenhuma prova de mérito é exigida aos homens, este argumento dirige justamente a atenção para o machismo como origem do fechamento da política e das lideranças formais ao sexo feminino; 3) o argumento do republicanismo liberal do modelo francês de que conceder direitos especiais a um grupo identitário específico constitui não só uma restrição de escolha para os cidadãos como o favorecimento da representatividade de identidades e não de ideias. Ora, as mulheres não são um grupo minoritário e a restrição de escolhas está realmente estabelecida no facto de os homens se apresentarem como opção ultramaioritária na política, a montante dos atos eleitorais, em estruturas partidárias semelhantes a clubes restritos ao sexo masculino. Para além disso, assegurar a representação das mulheres conduz a um incremento na diversidade de ideias nos programas partidários.

Há ainda um forte argumento de ordem simbólica a favor da paridade: a imagem que a opinião pública tem do político é a de um homem com características geralmente associadas ao masculino, como a racionalidade, o pragmatismo e a capacidade de liderança. Esta imagem reflete o domínio do discurso patriarcal, não apenas em relação ao político, como às identidades masculina e feminina. Aceitáveis tornam-se, na política, quase só as mulheres que se masculinizam no sentido deste estereótipo, estando as restantes formas de ser mulher excluídas deste imaginário. A inclusão de mulheres abre na dimensão simbólica a fratura necessária para as mais diversas mulheres sentirem que podem ser parte ativa da política.

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

LEI DA PARIDADE

CATARINA MARTINS *



A REDE UC - REDE DE ANTIGOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, EM PARCERIA COM A COMISSÃO
ORGANIZADORA DA QUEIMA DAS FITAS 2013
REALIZA ESTE ANO A IV EDIÇÃO DO (RE)QUEIMA DAS FITAS.

ESTE EVENTO CONTA COM ATUAÇÃO DE TUNAS
WELCOME DRINK, MÚSICA AO VIVO
SORTEIO DE BILHETES PONTUAIS PARA A QUEIMA DAS FITAS,
ENTRE OUTRAS SURPRESAS.

A ENTRADA É GRATUITA PARA TODOS OS ANTIGOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

4 DE MAIO (SÁBADO)
A PARTIR DAS 15H00
ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA

WWW.UC.PT/ANTIGOS-ESTUDANTES